

Universidade Federal de Roraima
Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON)
Programa de Pós Graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF)

***FRONTEIRAS E MOBILIDADE HUMANA NA AMAZÔNIA: violência e direitos
humanos***

Coordenadora Geral

Dra. Francilene dos Santos Rodrigues

Janeiro
2017

SUMÁRIO

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA	3
RESUMO	4
QUALIFICAÇÃO DO PRINCIPAL PROBLEMA A SER ABORDADO	6
Fronteiras amazônicas e violências	9
Contexto das mobilidades humanas na Amazônia	18
OBJETIVO GERAL.....	30
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	31
METAS SEREM ALCANÇADAS E INDICADORES	31
METODOLOGIA A SER EMPREGADA	36
<i>Pesquisa e análise documental e bibliográfica</i>	36
<i>Pesquisa qualitativa</i>	38
a) Análise de Discurso.....	38
b) Análise de conteúdo da produção midiática.....	40
c) Pesquisa de campo, observação participante e pesquisa-ação	42
d) Cartografia social	44
<i>Criação do Banco de dados</i>	44
PRINCIPAIS RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS.....	45
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A SITUAÇÃO ATUAL E A PRETENDIDA.....	46
DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA E APOIO TÉCNICO.....	50
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	54
AÇÕES DE EDUCAÇÃO E DIFUSÃO E TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	57
a) <i>Junto aos meios de comunicação e imprensa local</i>	58
b) <i>Junto a órgãos e agentes públicos, organizações sociais, ONG´s, entidades sindicais, associações, entre outros</i>	58
FORMAÇÃO E GESTÃO DA REDE DE PESQUISA COLABORATIVA.....	61
ORÇAMENTO DETALHADO	63
REFERÊNCIAS	69
ANEXO	77

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

TÍTULO: Mobilidade Humana, Violência e Direitos Humanos na Amazônia

Linha de Pesquisa 2: Cidadania, violência e direitos humanos

Pesquisadora Responsável: Dra. Francilene dos Santos Rodrigues

Instituição Proponente: Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Instituições Participantes:

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Universidade de Huelva (Espanha)

Universidade Simon Bolívar (Colômbia)

Universidade Nova de Lisboa (FCH/NOVA/Portugal)

Universidade de Los Andes (Tachira/Venezuela)

Universidade Central da Venezuela (Caracas/UCV)

Universidade Autónoma Benito Ruarez Oaxaca (México)

RESUMO

Este projeto de pesquisa intitulado Mobilidades Humanas, Violências e Direitos Humanos na Amazônia, enquadra-se na Linha 2- Cidadania, violência e direitos humanos da chamada CNPq N° 22/2016 - Pesquisa e Inovação em Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Pretende-se nesta pesquisa estudar e aprofundar a questão da mobilidade humana transfronteiriça, da violência, dos direitos humanos, das políticas públicas e as intersecções com o contexto migratório nas regiões transfronteiriças da Pan-Amazônia. Baseado em estudos anteriores e nos dados do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)*, no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2016 que aponta as principais tendências demográficas da conjuntura mundial relacionadas com as migrações internacionais, o projeto se propõe aprofundar o contexto migratório nas fronteiras da Pan-Amazônia. À luz das teorias migratórias com ênfase nos estudos multidisciplinares pretende-se aprofundar as bases conceituais da Mobilidade Humana, dos Direitos Humanos e as diversas formas de violência cometidas contra os migrantes nas transfronteiras da Pan-Amazônia contando com uma equipe multi e interdisciplinar formada por pesquisadores (as) da sociologia, geografia, direito, antropologia, filologia, serviço social, dentre outras, com vasta experiência em estudos migratórios e transfronteiriços e profundos (as) conhecedores(as) da Amazônia. Tais pesquisadores (as) pertencentes ao conjunto de universidades da Pan-Amazônia, do Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, ademais de pesquisadores (as) de universidades da Espanha e Portugal, se propõem realizar um estudo sobre as principais dinâmicas de mobilidade humana e processos econômicos, políticos, sociais e culturais, próprios das zonas transfronteiriças da Pan-Amazônia e as formas de inserção dos migrantes nacionais e transfronteiriços nas principais cidades da Pan-Amazônia. A pesquisa objetiva identificar e tipificar as diversas formas de violação aos direitos humanos a que são submetidos os migrantes nas regiões transfronteiriças. Para isso, pretende-se caracterizar quali-quantitativamente os diversos fluxos migratórios internacionais nas zonas fronteiriças, bem como os diversos fluxos migratórios inter e intra-regional nas capitais amazônicas (Boa Vista, Manaus, Belém, Macapá e Porto Velho) com a finalidade de mapear as rotas de deslocamento dos camponeses, extrativistas, seringueiros, garimpeiros, trabalhadores rurais e indígenas num permanente processo de *desruralização* na Amazônia. A pesquisa se propõe verificar e cartografar os processos de ocupação nas áreas urbanas, as espacialidades laborais e de sociabilidades nas capitais amazônicas e zonas transfronteiriças. Pretende-se ainda analisar, qualitativamente, nos projetos pedagógicos, nos livros e demais materiais didáticos,

as representações sociais, as imagens construídas na discursividade que envolvem preconceitos e estigmas de gênero, de origem, cultural ou étnica, cor, religião ou orientação sexual no contexto migratório da região. Buscar-se-á identificar na produção midiática, versão *online* (textual e fotográfica), dos principais meios de comunicação da Amazônia os temas vinculados à violação dos direitos humanos dos migrantes (regionais, internacionais e indígenas), bem como as tensões e conflitos resultantes de preconceitos, xenofobias, estigmas de gênero, de origem étnico-cultural, de cor, religião ou orientação sexual. Para alcançar esses objetivos a metodologia ajustar-se-á às abordagens qualitativas e quantitativas a fim de definir dados a respeito dos conflitos, contradições e processos sócio históricos da mobilidade humana e da violação aos direitos humanos nas regiões de fronteira por meio de dados sociais e quantificáveis combinando diferentes teorias e seus respectivos métodos e técnicas aplicadas às pesquisas de campo, levantamento bibliográfico e documental. O arcabouço teórico que orientará a pesquisa tem como base os estudos migratórios e os referenciais teóricos que contribuem para aprofundar a temática da violência e a questão dos direitos humanos. Conjugará-se-á as teorias com as orientações metodológicas para tratar os dados levantados nas pesquisas documentais realizadas nos órgãos públicos municipais, estaduais, federais e nas instituições internacionais que tem seu espectro de atuação internacional pertinente às temáticas dos direitos humanos, violência, migração, acordos bilaterais, dentre outros. Na abordagem quantitativa pretende-se tratar os dados estatísticos referentes aos levantamentos populacionais caracterizados pelas referências étnico-raciais, mobilidades sócioespaciais, socioeconômicas, características culturais e políticas da Pan-Amazônia. Observar-se-á as características da violência e as diversas formas de violação aos direitos humanos dos migrantes transfronteiriços. Acredita-se que o referido projeto de pesquisa poderá fornecer elementos importantes para a elaboração de políticas migratórias através de um projeto piloto de extensão universitária que pretende subsidiar ações educativas permanentes nas áreas transfronteiriças. Os resultados da pesquisa comporão um banco de dados permanente disponibilizados num observatório das migrações transfronteiriças que serão referência para futuros projetos e pesquisas de temáticas relacionadas ao tema dos direitos humanos, violência e migração em contextos transfronteiriços.

Palavras-chave: migrações; Pan-Amazônia; violência; direitos humanos; transfronteiras.

QUALIFICAÇÃO DO PRINCIPAL PROBLEMA A SER ABORDADO

As zonas fronteiriças, com frequência, têm se configurado como áreas complexas para que o Estado alcance alguma síntese e controle absoluto, precisamente porque o panorama cultural das zonas fronteiriças transcende as linhas de fronteiras (DONNAN; WILSON, 1998, p. 124). Para Hobsbawm (1990), embora as nações sejam construídas essencialmente pelo alto, não podem ser compreendidas sem serem analisadas em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses comuns das pessoas comuns que vivem nelas. Nas bordas dessas nações, nas divisas fronteiriças internacionais, estão pessoas e instituições que se relacionam de forma dinâmica e dialeticamente com outras pessoas, com instituições sociais, com outros grupos étnicos e nacionais. São atores sociais que se relacionam tanto com os de “dentro” quanto com os de “fora” dos seus Estados nacionais. São agentes de mudança dos processos de significações, tanto sociais quanto político, que vão além das localidades onde vivem, cujos reflexos são para além dos seus Estados. Esses atores fronteiriços que vivem nessas divisas estabelecem processos de integração à revelia de projetos ou programas políticos cujas ações não coincidem necessariamente com as dos Estados-Nação.

As fronteiras internacionais são vistas pelos Estados como “problema de segurança nacional” uma vez que se considera a impossibilidade de se resguardar as faixas de fronteira. No caso do Brasil, de 15.719 km de extensão, que corresponde à aproximadamente 27% do território Nacional, abriga cerca de 10 milhões de habitantes de 11 estados brasileiros e faz fronteira com 10 países da América do Sul. Essas áreas de fronteiras e, em especial, as que constituem a Amazônia Legal são consideradas pelo Estado brasileiro como vulneráveis em relação à segurança e à criminalidade. Esse contexto abriga ocorrências tipificadas pelos órgãos policiais como “ilícitos transfronteiriços”, como o tráfico de drogas, armas e munições, o tráfico de seres humanos, a imigração irregular, o descaminho de bens e mercadorias, os crimes ambientais, contrabando de veículos e garimpo ilegal, dentre outros.

No entanto, para além dos aspectos de segurança nas transfronteiras amazônicas, a mobilidade humana tem se incrementado nos últimos anos e, principalmente, na fronteira do Brasil com a Venezuela, no estado de Roraima. O ano de 2016 teve uma significativa migração de venezuelanos levando alguns periódicos a denominarem o fenômeno como caos (“venezuelanos levam o caos a Roraima em Roraima”, o Globo de 06.11.16) e os migrantes como invasores (“Fugindo da crise, venezuelanos invadem casas em Roraima”, Jornal Nacional, Edição do dia 22/10/2016).

A migração internacional não é um fenômeno novo. No entanto, o maior fluxo de pessoas ocorre dentro dos próprios países e, segundo o PNUD (2009, p. 15), em uma definição conservadora estima que aproximadamente 740 milhões de pessoas sejam migrantes internas – quase quatro vezes mais do que aquelas que se deslocaram internacionalmente. Ao mesmo tempo, o Relatório de Desenvolvimento Humano, 2009, desmitifica a ideia de que a mobilidade humana ocorre predominantemente dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos. Ainda, segundo o mesmo relatório “das pessoas que se deslocaram atravessando fronteiras nacionais, pouco mais de um terço mudou-se de um país em desenvolvimento para um país desenvolvido – menos de 70 milhões de pessoas. A maioria dos 200 milhões de migrantes internacionais do mundo mudou-se de um país em desenvolvimento para outro, ou entre países desenvolvidos” (PNUD, 2009, p.15).

A despeito da midiaticização das migrações internacionais, a taxa de migrantes internacionais entre a população mundial, segundo o PNUD (2009), tem-se mantido notavelmente estável, em cerca de 3% nos últimos 50 anos. No entanto, ocorreu uma expansão do fenômeno cuja taxa média de crescimento anual acelerou de 1,2% na década 1990-2000 para 2,2% entre 2000-2013. De acordo com as estimativas internacionais, o total de migrantes internacionais atingiu em 2013 os 232 milhões, representando 3,2% da população mundial, predominando com cerca de $\frac{3}{4}$ (73,8%) pessoas em idade ativa (20-64 anos) e com uma distribuição equilibrada entre sexos (48% mulheres, 52% homens) (NEVES, 2014, p. 104).

O Relatório do Desenvolvimento Humano afirma que as tendências demográficas, a saber: uma população envelhecida nos países desenvolvidos e populações jovens, em crescimento, nos países em desenvolvimento e as crescentes oportunidades de emprego, aliadas à comunicações e a transportes mais baratos, fizeram aumentar o desejo de migração. Contudo, aqueles que procuram migrar têm encontrado cada vez mais obstáculos à sua mobilidade em virtude das políticas dos governos. Dentre esses migrantes, o PNUD (2009) estima que existam 14 milhões de refugiados fora do seu país de cidadania, os quais representam cerca de 7% dos migrantes de todo o mundo. A maioria permanece perto do país do qual fugiu e vive tipicamente em campos de refugiados até que as condições no seu país permitam o seu regresso. Porém, cerca de meio milhão por ano viajam até países desenvolvidos em busca de asilo. Um número muito superior, que ronda os 26 milhões, tem estado em mobilidade interna.

A vulnerabilidade da população em situação de mobilidade humana é extrema. As legislações migratórias, fundadas em bases restritivas e carregadas de estigmas, vêm

contribuindo para o cerceamento dos direitos dos migrantes limitando o seu pleno exercício de cidadania. Em outras palavras, a legislação migratória restritiva vem permitindo um processo crescente de descidadanização ou subcidadania dos migrantes (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

Segundo Silva e Oliveira (idem), a condição de semi-cidadania é imposta aos migrantes irregulares por um conjunto de mecanismos de poder que exerce o controle permanente sobre os destinos migratórios numa legislação que permite que as restrições sejam colocadas acima dos direitos humanos numa relação de controle e dominação. Os mecanismos de poder utilizados para a legitimação das políticas migratórias restritivas, racistas e xenóforas se apresentam sob a forma de métodos de controle elaborados conforme a ordem dos discursos forjados no contexto de uma correlação de forças desiguais onde os migrantes irregulares estão sempre em desvantagem (SILVA; OLIVEIRA, 2015, p.164).

Neves (2014, p. 104) distingue três tipos de violência fundamentais contra “the people on the move”. Em primeiro lugar, o autor classifica a violência sistemática, organizada e de longo prazo exercida pelas redes de auxílio à imigração ilegal pelas redes de tráfico de pessoas, cuja estrutura sofisticada favorece o controle das vítimas e limita a eficácia da ação policial. A violência, utilizada de modo racional e controlado, assume diversas formas mais diretas, como a violência física, violência psicológica, controle da vontade (drogas e álcool), restrição de movimentos ou, outras mais sofisticadas, como a servidão por dívida ou ameaças a terceiros. Em segundo lugar, ainda conforme Neves (2014, p. 104), está a violência difusa ao nível da sociedade civil do país de acolhimento, que se traduz em atos de discriminação, limitação do exercício de direitos e violência psicológica, mas pode envolver processos mais violentos e organizados, associados aos sectores radicais de extrema, como na Europa, que envolve violência física e atentados contra a vida, com uma agenda política anti-imigração sustentada num discurso de ódio racial e xenófobo assente em ações legais que visam o processo eleitoral e subsequentes alterações legislativas. Em terceiro lugar, o autor especifica a violência “soft” exercida pelo Estado sobre os imigrantes irregulares ou vítimas de Tráfico de Seres Humanos (TSH) depois de resgatadas e que configuram situações perversas de revitimização. As situações de condenação de uma vítima de TSH por crimes que foi obrigada a cometer sob coação pelos traficantes, ou as condições desumanas dos centros de detenção para imigrantes irregulares constituem processos violentos de revitimização que restringem direitos fundamentais (revitimização de 1.º grau).

O retorno forçado de vítimas de TSH que não cooperam com o Estado e de requerente de asilo ou imigrante irregular, sem que tenham exercido os seus direitos de

recurso, constitui outra forma de violência punitiva (revitimização de 2.º grau). No caso das vítimas de TSH, o retorno forçado e não assistido ao país de origem em condições de grande vulnerabilidade significa, na prática, que os Estados estão a lançá-las nos braços das redes de tráfico de que acabaram de ser resgatadas, contribuindo para aumentar o risco de re-tráfico. Finalmente, o imigrante irregular ou a vítima de TSH sofrem os efeitos de outra forma de violência menos intensa, mas, muito mais frequente e silenciosa, em resultado dos excessos burocráticos e exigências disfuncionais e duplicadas decorrentes da descoordenação entre várias instituições estatais e não-estatais, e que se traduz na necessidade de repetição do seu relato a múltiplos interlocutores, em atrasos na obtenção do apoio necessário ou na sujeição a mecanismos de proteção que na realidade restringem os direitos humanos e estigmatizam a vítima (revitimização de 3.º grau).

É consenso entre os estudiosos do tema que as migrações internacionais têm uma relação complexa com a violência, cometida pelos Estados e por atores não-estatais (RIBEIRO, 2011; OLIVEIRA, 2006; REIS, 2007, 2011). No entanto, a redução da violência sobre os migrantes implica em reduzir o elevado nível de vulnerabilidade a que estão sujeitos, quer através da estruturação de uma regulação multilateral das migrações, quer da afirmação da universalidade dos direitos humanos e do respeito pelos *standards* internacionais nos países de destino, pondo termo a práticas discriminatórias que tendem a restringir de forma ilegítima o exercício dos seus direitos humanos inalienáveis.

Sendo assim, um projeto que se proponha a realizar um estudo sobre as principais dinâmicas de mobilidade humana e as formas de inserção dos migrantes, regionais, intra-regionais, estrangeiros e indígenas, nas capitais de estados amazônicos brasileiros, caracterizando os diversos tipos de violência e violação dos direitos humanos a que estão submetidos, é essencial para a compreensão do fenómeno e, conseqüentemente, para subsidiar não apenas a elaboração de políticas públicas, mas também o aparato jurídico e político que trata tanto das migrações internacionais como migrações internas.

Fronteiras amazônicas e violências

Como já dito, a maior parte das faixas de fronteira do Brasil são com os países que compõem a Amazônia Internacional (Guiana Francesa, Guiana, Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia). A fronteira assume um papel chave na compreensão dos processos de mobilidade humana, violências e direitos humanos na Amazônia. Nesse projeto, entendemos fronteira como um constructo e também como objeto empírico. A fronteira é uma palavra polissêmica que, de um lado, pode significar fronteiras físicas, territoriais; de outro,

fronteiras culturais, simbólicas. Fronteira significando a demarcação de um estado de coisa e outro. Em termos dos significados territoriais e, principalmente, ao falar dos Estados-Nação, estabelece como imprescindível o elemento *limite* entre Estados e linhas de expansão interna do Estado-Nação. A distinção em inglês de *frontier* e *border* traduz claramente essa dualidade, ou seja, uma fronteira em expansão no sentido turneriano, no caso do primeiro. A fronteira significando uma linha imaginária entre a terra povoada e a terra livre, ou ainda, o ponto de encontro entre o civilizado e o primitivo, a fronteira significando a separação e o encontro de identidades. No caso de *border*, a fronteira possui um forte sentido político, significando o limite que separa dois ou mais países, populações ou civilizações, ou seja, predomina o sentido de certos espaços geográficos constituídos como fronteiras políticas.

Para Vidal (1996), a percepção da Amazônia como fronteira interna foi reforçada durante o processo de constituição do mito que conta a gênese da nação brasileira que é a transformação do vazio, a conquista e o usufruto desse espaço; por isso, a brasilidade, ou melhor, a identidade nacional, é determinada pela condição de vazios disponíveis que são perceptíveis no movimento sobre os espaços a serem utilizados. Nessa mesma perspectiva é que J.F. Normano, citado por Vidal, afirma que o que constituiu a nação brasileira foi o deslocamento das fronteiras, a expansão territorial dentro de seus próprios limites políticos, como, por exemplo, para o Sertão e a Amazônia, que, ideologicamente, necessitavam ser civilizados e modernizados. As imagens do Brasil como nação são feitas de espaços vazios inextinguíveis. Assim, Sertão e Amazônia são concebidos como espaços vastos e desocupados ou como universos dominados por um modo de viver típico e específico (VIDAL, 1996, p.130).

Desde o fechamento da fronteira do centro sul, em meados do século XX, a grande fronteira foi e continua sendo a Amazônia. A ditadura militar abriu novas frentes na Amazônia. Nos anos 1950 e 1960, a mudança na estruturação do espaço nacional atendeu aos objetivos de inserção do Brasil ao sistema mundial e, conseqüentemente, à ideologia do desenvolvimentismo e da integração nacional. Para desenvolver as diversas regiões, principalmente a Amazônia, era necessário “incorporar vastas áreas e populações marginalizadas no processo de desenvolvimento do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Centro Sul” (BRASIL, 1972, p. 6). Durante o período militar a ação do Estado sobre a região tinha como elemento discursivo central a política de integração, desenvolvimento e colonização, ou seja, o Estado definiu que a Amazônia era uma “fronteira aberta” para compor a unidade nacional e palco de políticas de integração (RABELLO, 2013, p.217). Dessa forma, os planos de integração nacional produzidos desde o Centro-Sul do país e de interesses internacionais

trataram a Amazônia unicamente como fronteira econômica, ou seja, fronteira de expansão do capital (BECKER, 2007).

O intenso processo de colonização e ocupação da Amazônia, principalmente a partir do Regime Militar funcionou como ocupação de “vazio demográfico”, como “pilar de integração da Amazônia ao território nacional”. A expressão “vazio demográfico” ficou subentendida nas propagandas de ocupação da Amazônia feitas pelo governo militar – “Homens sem-terra para terra sem homens” e “Integrar para não Entregar”. O modelo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia iniciado com os projetos integrados de colonização - que se encontram esgotados- e, posteriormente, com a criação dos grandes projetos, a abertura das frentes de ocupação com a construção das grandes rodovias, dos projetos agropecuários e de mineração proporcionaram o surgimento de enormes distorções, traduzidas pelos prejuízos econômicos, sociais e ambientais, em sua maioria irreparável na Amazônia. As atividades de mineração empresarial na Amazônia e a presença de grandes jazidas de ouro nos vales dos rios amazônicos geraram sonhos de enriquecimento rápido e passou a atrair grande volume de garimpeiros. Nos anos 1990, a soja chega à Amazônia e a produção atraiu uma nova leva de imigrantes, dessa vez do Sul e Sudeste do país. Associada à agricultura moderna da soja a pecuária extensiva se expande, criando um sistema de avanço da fronteira agrícola que amplia as áreas de ocupação e passou a gerar graves conflitos.

Em nível de exemplificação citamos a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que divulgou relatório sobre os conflitos no campo em 2011 e apontou o aumento de 15% no total de ocorrências, em comparação com o ano anterior. As ameaças envolvem trabalhadores rurais, pequenos proprietários, quilombolas, indígenas, sem-terra e madeireiros grileiros, fazendeiros e agentes públicos. A Amazônia concentra 69% do total de conflitos por terra e 79,3% dos assassinatos. Outros dados sobre a região também assustam. De acordo com a Comissão, a região reúne a participação de 52,2% do total das ações violentas dos fazendeiros em todo país; 67,7% do total das ações violentas dos empresários; 86,6% das ações dos grileiros; 96,8% das ações dos madeireiros; 65,1% das ações violentas das mineradoras e 80% das ações dos pistoleiros. (PEDRO, 2013).

Podemos afirmar que grande parte dos índices de violência na Amazônia são frutos da atual dinâmica de ocupação da Amazônia que se dá, entre outros, em torno da ampliação do agronegócio e da construção de grandes usinas hidrelétricas ao mesmo tempo em que antigas formas de ocupação da Amazônia permanecem presentes, como a ação de garimpeiros e o avanço da frente de expansão que continuam a gerar conflitos fundiários (entre colonos, índios, garimpeiros, ribeirinhos e fazendeiros) e forte exclusão social, com formação de

bolsões de pobreza e graves danos ambientais, com destaque para o desmatamento da Amazônia.

A expansão da atividade mineradora e o avanço da soja na década de 1990, como dito anteriormente, levaram à necessidade de implementar a produção energética, assim como gerar mais energia para outras regiões do Brasil. As políticas nacionais continuam a ser pensadas de fora da região Amazônica e resultam, em grande parte, em processos de exclusão das populações locais, violação de direitos humanos, impactos profundos na biodiversidade e nas comunidades tradicionais, violação de leis e acordos internacionais e denúncias de corrupção generalizada (como se viu a partir de depoimentos da Operação Lava Jato sobre a usina de Belo Monte, no Rio Xingu, são alguns exemplos que têm caracterizado a construção de hidrelétricas na região). (GREENPACE, 2016)

Segundo Kohlhepp (2002), o preço do crescimento econômico é altíssimo e os megaprojetos, ontem e hoje, foram pagos com a destruição da floresta tropical e a degradação ecológica e social. Hoje, para o autor, a abordagem da sustentabilidade como única “alternativa aceitável do desenvolvimento futuro e o conceito de conservação produtiva competem com a ideologia de desenvolvimento extremamente destrutiva dos grandes programas” (KOHLHEPP, 2002, p.52). Essa lógica de desenvolvimento na Amazônia transforma a questão ambiental, por um lado, na base dos conflitos rurais e, por outro, em grave limitação ao desenvolvimento urbano, tais como a retirada da cobertura vegetal, do lixo acumulado em lugares inadequados, da falta de tratamento das águas e da poluição do ar, resultante das queimadas e das diversas indústrias, até a ocupação de áreas de risco e de proteção ambiental agravada pela crescente “desruralização” e processo de urbanização. Como diz Sauer (2003, p. 224), “as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais têm sido interpretadas a partir de uma visão centrada na importância da indústria (dimensão setorial) e da cidade (dimensão geográfica), relegando um espaço residual ao mundo rural e seus significados”.

O processo de *desruralização* é agravado pelos deslocamentos que, por sua vez têm forte vínculo com os conflitos socioambientais. É possível afirmar que, dentre os grupos mais afetados nos conflitos socioambientais em toda a Amazônia, estão os povos indígenas e na atualidade representam os principais fluxos da migração forçada, especialmente no noroeste do Estado do Pará, norte do Mato Grosso e de Rondônia e no sul do Amazonas (OLIVEIRA, 2016). As causas, as dinâmicas, as lógicas que prescindem ao deslocamento dos índios em direção às cidades são diversos. Eles dependem de fatores que, em geral, escapam do controle das pessoas ou dos grupos étnicos. Dentre eles se encontram, além do problema da

legalização das terras indígenas e da autonomia territorial correspondente, a busca de oportunidades de estudo e de trabalho, assim como a disponibilidade de bens e de serviços em relação aos quais a dependência é crescente [...] são fatores importantes da emigração dos índios em direção às cidades (JARAMILLO BERNAL, 2010:187 apud OLIVEIRA, 2016, p.137).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) dos 896.917 que se autodeclaram indígenas, ou seja, 0,44% da população total, 324.834 vivem na zona urbana, o que equivale a 36,2% do número total de indígenas no país. Dos 10 municípios com maior número de população indígena vivendo em área urbana três estão na Amazônia: São Gabriel da Cachoeira (2º), Boa Vista (5º) e Manaus (9º). O êxodo indígena para as cidades não é atual e, segundo Silva (online), ocorre desde o século XVIII, época de Marquês de Pombal, quando houve o desmonte das missões indígenas. Os índios “desaldeados”, chamados de tapuias, ocuparam as cidades após a expulsão dos jesuítas. Tal ocupação foi mais incisiva na Amazônia.

O que há de novidade entre o êxodo do século XVIII e as mobilidades aldeia/comunidade-centros urbanos atuais é a existência de organizações não governamentais e de movimentos sociais indígenas como Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Organização dos Indígenas da Cidade (ODIC); Conselho Indígena de Roraima (CIR), entre outros, bem como alguns direitos reconhecidos constitucionalmente como os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal, o Estatuto do Índio e as Convenções Internacionais (Convenção 169 OIT e a Declaração Universal sobre a Diversidade cultural), que possibilitam minimamente aos ‘índios cidadãos’ (OLIVEIRA, 1964) ou “integrados” (LARAIA; DAMATA, 1979) denunciarem ou reivindicarem seus direitos.

No entanto, apesar de algumas conquistas, os índios que moram em centros urbanos, ao chegarem aos novos territórios, encontram dificuldade para se assentar e passam a viver em favelas e por não serem considerados indígenas geralmente são vítimas de segregação ou de confusões pessoais acerca de sua própria identidade (SILVA, *online*). Esse racismo e discriminação aos povos indígenas encontra sua raiz no passado colonialista que continua se reproduzindo na conjuntura atual por meio de seus representantes legítimos, de forma especial, a conservadora aristocracia rural e a elite econômica, mas, também, na consciência de parte da população brasileira. Dessa forma, formou-se uma concepção de índio em que alguns de seus traços culturais foram selecionados e elegidos pela sociedade nacional como verdadeiros do ser indígena. Tais traços, enrijecidos no imaginário brasileiro, identificam

como índio apenas aquele indivíduo que mora em aldeia e que se parece, nas suas representações estéticas, com um índio de tempos e que se parece, nas suas representações estéticas, com um índio de tempos passados (GUIRAU; SILVA, 2013, p 13).

Para Silva (*online*) ocorre uma naturalização e especialização desses estereótipos do índio como preguiçoso, ignorante, selvagem. No imaginário da sociedade se sobrepõe a imagem estereotipada que gera preconceito e exclusão. Os índios que moram em centros urbanos, por não serem considerados indígenas, geralmente são vítimas de segregação ou de confusões pessoais acerca de sua própria identidade. Conforme Oliveira (2016), a discriminação, baseada no racismo, acompanha os índios onde quer que esteja, o que faz com que muitos, em contexto urbano, neguem a sua identidade indígena como estratégia de proteção psíquica e social para não serem novamente estigmatizados¹. Segundo o IBGE, mais de 324 mil índios brasileiros vivem em área urbana (MAIS, 10/08/2012).

Esse racismo reproduzido não é apenas velado, mas verbalizado e até em forma de incitação ao crime. Em uma rápida compilação de comentários nas matérias jornalísticas localizamos algumas manifestações eivadas de preconceitos e estigmatizantes:

Índio vive na floresta, descendentes de **índio que vivem [sic] na cidade não são índios**. Ricardo Santos, há 4 anos.

(....) Índios exigiram, camionetes, lanchas, agora querem milhões em contas correntes, etc. (...) verás que nas áreas indígenas o desmatamento é muito maior, os índios franqueiam a entrada de desmatadores e extrativistas minerais em troca de uns poucos reais. (...) **Índio mesmo, são aquelas tribos com pouco contato na Amazônia. Essas sou a favor de dar todo o necessário para mantê-las. O resto já se tornou igual a todo outro brasileiro**. Jose Aldo. SEX, 10 AGO 2012 14:07:13

Jose Aldo é exagero sim, pois esses **não podem ser chamados de índios, são aproveitadores**, não generalize. Adriana. Sex, 10 Ago 2012 16:56:53

Vai oferecer um trabalho a um índio... Ele te esculacha, **ôo povo preguiçoso é índio**. Samuel Ferreira. Há 4 anos.

Tomas Jefferson presidente norte americano foi um grande homem que **acabou com esta raça deu rifle e balas de graça para os colonos exterminar os índios**. (...) Índio tem que ta no meio do mato vivendo de caça e pesca e não nos centros urbanos. Jefferson Luiz Mendonça. (AUMENTAM..., 19/06/2015.)

Segundo Bonin (2014, p. 41), no que se refere ao tratamento dado aos povos indígenas, o racismo persiste e os casos de violência, desrespeito, discriminação, ameaças e

¹ Segundo o IBGE, mais de 324 mil índios brasileiros vivem em área urbana (São Paulo, no dia 10/08/2012. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/mais-de-324-mil-indios-brasileiros-vivem-em-area-urbana-diz-ibge.html>).

assassinatos seguem em número crescente nas últimas décadas, o que denota uma vontade explícita de aniquilar o outro. Para a autora, deve-se reconhecer que o racismo contra os povos indígenas se expressa tanto por meio de ações de pessoas e grupos, quanto pela omissão do Estado frente às violências praticadas e às reivindicações destes povos para que seus direitos constitucionais sejam respeitados.

Para Ribeiro (2011, p.41), é fundamental pensar a violência, também a partir de sua relação com o território e/ou o espaço urbano, com a produção e reprodução desses espaços e com a participação dos agentes sociais nesse processo, uma vez que é na interação da vida cotidiana que se encontram as condições para as relações de poder que geram a exclusão social e mantêm grande parte dos indígenas em situação de extrema vulnerabilidade.

A situação do índio urbano é de vulnerabilidade social. O índio, devido à migração **aldeia-cidade**, passa a vivenciar toda modalidade de violência, tais como: discriminação étnico-racial, exclusões sociais, problemas como desemprego, desterritorialização, de desfiliação parental, isolamento, abuso de álcool e drogas. Além disso, não é raro que os índios passem a viver em assentamentos ou moradias precárias e sem segurança adequada, à mercê de gangues do tráfico de pessoas para exploração sexual, trabalhos análogos à escravidão, entre outros, configurando-se, abertamente, em violação dos direitos humanos, o que pode levar, inclusive, a diversos sofrimentos psíquicos e até a morte por suicídio (RODRIGUES, 2014).

O Mapa da Violência, do Ministério da Saúde (WAISELFISZ, 2013), afirma que o suicídio de índios no Brasil chega a ser seis vezes maior do que a taxa nacional. Enquanto o índice geral no Brasil é de 5,3 suicídios por 100 mil habitantes, a incidência sobe para acima de 30 em alguns municípios com população indígena. O suicídio indígena representa 1,0% da população total. Ao fazer a mesma comparação, só no Estado do Amazonas, onde a população indígena representa 4,9% da população total, 20,9% dos suicídios ocorrem entre indígenas (ZIEGLER, 2014). Assim como os suicídios, os assassinatos de indígenas no Brasil também aumentaram e representam "um aprofundamento do processo de violência e de violações contra as pessoas e seus direitos". Dados do Relatório da Violência (CIMI, 2014) indicam o aumento do número de indígenas assassinados em 2014 que foi 70 vítimas, enquanto em 2013 foram 53 assassinatos. O relatório aborda não apenas violência contra a pessoa (homicídio, ameaças, lesões corporais, abuso de poder), mas também outras formas de violência como a institucional e privada, contra o patrimônio, por omissão do poder público, desassistência na área de saúde, racismo e discriminação étnico-cultural e violência sexual.

A Amazônia se configura uma das regiões com alto índice de violência sexual contra crianças e adolescentes. Há diversas denúncias de abuso sexual de indígenas por parte de soldados em regiões de fronteira, em rodovias, áreas próximas aos garimpos e grandes projetos. Alguns estudiosos de Amazônia (OLIVEIRA, 2016; RIBEIRO, 2011) apontam a forte evidencia da violência como um todo e, em especial, contra mulheres, crianças e adolescentes, como elemento que perpassa a história da formação social da Amazônia. As práticas de “apadrinhamentos” de meninos e meninas indígenas por fazendeiros ou funcionários públicos e outros, “venda” ou “doação” das filhas de famílias ribeirinhas são, ainda hoje, muito comuns na região. Muitas dessas meninas “adotadas” são encaminhadas às redes do tráfico de pessoas e exploração sexual, o que torna a Amazônia uma das rotas internacionais de exploração sexual e tráfico de pessoas (TORRES; OLIVEIRA, 2012, LEAL; LEAL, 2002).

Outro fenômeno que coloca a Amazônia no topo do ranking é a violência de gênero. Segundo dados publicados no Mapa da Violência, no período de 2003 a 2013, a região Norte apresentou a maior taxa de homicídio de mulheres por 100 mil habitantes que foi de 112,2%, contra 49,5% da Região Nordeste, a segunda colocada. Já das dez unidades da federação com maior taxa no ano de 2013, três encontram-se na região Norte: Roraima (1^a); Acre (5^a) e Rondônia (7^a) (WAISELFISZ, 2015). Os dados do Portal Brasil (2016) sobre o atendimento realizado pelo Ligue 180 – a Central de Atendimento à Mulher, informa que o número da primeira metade de 2016 é 52% maior que o de atendimentos realizados no mesmo período de 2015, 364.627. Ainda comparado ao primeiro semestre do ano passado, os dados deste ano são 142% maiores nos registros de cárcere privado, com a média de dezoito por dia, e de 147% nos casos de estupro, média de treze por dia.

Vários estudos apontam que os custos sociais e econômicos da violência contra as mulheres são enormes e têm efeito cascata em toda a sociedade. As mulheres podem sofrer vários tipos de incapacidade – passageira ou não – para o trabalho, perda de salários, isolamento, falta de participação nas atividades regulares e limitada capacidade de cuidar de si própria, dos filhos e de outros membros da família.

Todo esse quadro de violência que há na Amazônia – sejam as formas menos explícitas de violência que aquelas impostas pela força física, sejam aquelas perpetradas pela negligência do Estado – provoca crises e traumas individuais e coletivos. A violência, do ponto de vista intra e interpessoal e ético-político, ataca o laço de pertencimento dos sujeitos violentados à comunidade dos homens, afeta a possibilidade de diálogo, a produção de sentidos e viola os direitos mais básicos e fundamentais (como o direito à liberdade e à

autonomia), impossibilitando o exercício da cidadania plena. Logo, ataca a dignidade humana. Conforme salienta Benghozi (2010), ela é dessubjetivadora e simbolicida, sendo destruidora do sujeito e dos vínculos.

O sofrimento advindo dessa modalidade de violência é de ordem política, refere-se à dominação, à humilhação social (Gonçalves Filho, 1998). A dor vivida pelos oprimidos é vivida por eles “depois de já haver machucado seus ascendentes, sua família, seu grupo de raiz, sua classe, às vezes um povo inteiro. Nunca é meramente a dor de um indivíduo, porque a dor é nele a dor já dividida entre ele e seus irmãos de destino” (GONÇALVES FILHO, 2004, p. 16-17). Por isso mesmo, para enfrentá-la, fazem-se necessários múltiplos olhares e diferentes iniciativas.

Dessa forma, a Amazônia se coloca como um lugar privilegiado para o desenvolvimento de uma pesquisa multi e interdisciplinar que tem como questão central as principais dinâmicas de mobilidade humana e processos econômicos, políticos, sociais e culturais, próprios das zonas transfronteiriças da Amazônia brasileira e as formas de inserção dos migrantes, regionais, intra-regionais, estrangeiros e indígenas, nas capitais de estados amazônicos brasileiros caracterizando os diversos tipos de violência e violação dos direitos humanos a que estão submetidos.

Daí a importância em desenvolver pesquisa sobre a migração na Amazônia que, além de constituir-se como elemento importante da “história social total”, também pode ser entendida como um “fato social total”, como sugere Sayad (1998, p 16), uma vez que nos permite entender “[...] a sociedade como um todo, falar dela em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica [...] e também em sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento [...]”. Outro elemento que justifica, por um lado, esse projeto é a perspectiva de intervir junto aos órgãos governamentais de todas as esferas no sentido de contribuir com a elaboração, revisão e criação de políticas públicas que favoreçam a dignidade humana e a cidadania. Por outro lado, a equipe multi e interdisciplinar formada por pesquisadores com vasta experiência em Amazônia, em migração e violência, pertencentes a universidades situadas na Amazônia, na região Centro-Oeste e Nordeste, além de pesquisadores estrangeiros, estabeleceriam diálogos a partir de suas experiências e realidades, possibilitando, assim, um impacto concreto na produção do conhecimento da região Amazônica.

Outro elemento singular nesse projeto é a perspectiva multidisciplinar, uma vez que a Amazônia, por si só, requer um olhar global sobre seus fenômenos e, em especial, o das migrações e violências. Assim, a articulação do tema a partir de olhares da psicologia, da

geografia, da história, da antropologia, da sociologia, das relações internacionais, do serviço social, da enfermagem, medicina, arquitetura, letras, artes, pedagogia, educação, direito são essenciais para que se possa interpretar o processo de globalização e transnacionalismo, o papel do Estado, a elaboração de políticas públicas (para os migrantes, refugiados e todos os demais segmentos excluídos socialmente), as relações de poder, a globalização, mas também o local, o urbano, as populações, a diversidade étnica, política, religiosa.

Contexto das mobilidades humanas na Amazônia

Na fronteira do Brasil com a Venezuela é possível perceber o aumento de ações de solidariedade com os venezuelanos que têm migrado para o Brasil e, em especial para Roraima nos últimos meses. Apesar da posição do Estado brasileiro em ignorar a crise humanitária na Venezuela e em seguir deportando (no ano de 2016 já foram deportados mais de 400 venezuelanos, segundo reportagem da Folha de São Paulo), principalmente, os índios Warao (que vivem no sul da Venezuela), em sua maioria mulheres idosas que vêm em busca de comida, a população local se mobiliza para garantir-lhes, minimamente, algum conforto. Em Pacaraima, cidade na fronteira com a Venezuela, a prefeitura, em certos dias da semana, oferece nas praças um cozido de carne e legumes ou um sopão. Em Boa Vista, capital de Roraima, um grupo de voluntários ligados à Igreja Católica de Roraima organizou, nesse feriado de 12 de outubro,

uma coleta de alimentos para os refugiados venezuelanos que vivem pelas ruas da capital. Antes da romaria em homenagem à padroeira do Brasil, um caminhão recebia donativos de arroz, bolachas e outros gêneros alimentícios. O grupo distribuía a comida nas ruas mesmo, já que não há centros oficiais de acolhimento para os venezuelanos.
(GRUPO..., 13/10/2016)

Outras redes de solidariedade vêm atuando sem que sejam noticiadas em periódicos e tentam recolher moveis, colchoes, roupas de cama e banho e demais utensílios e eletrodomésticos.

No entanto, a *convivência* cotidiana em uma zona fronteira não se traduz, necessariamente, em uma identificação compartilhada ou mesmo em solidariedades coletivas. A própria dinâmica da interação cotidiana estabelece, em muitos casos um crescimento dos atritos e de conflitos, bem como o aumento de manifestações racistas e xenófobas. Podemos exemplificar com os inúmeros comentários sobre a crise atual na Venezuela e o aumento da imigração para o Brasil, em especial para Roraima:

Como se não bastassem os miseráveis, mendigos, pedintes e pés-de-chinelo de produção nacional, **agora vem esses manés venezuelanos se juntarem aos haitianos pra usufruir dos serviços de saúde** gratuitos brasileiros, como já ocorre na capital de SP, que não dá nem pros daqui. NELSON MACHADO 2 dias atrás.

A fronteira, em nome da segurança dos brasileiros, **precisa ser fechada**. Aqui já foi a casa da mãe joana, mas isso foi quando ainda prevalecia a política do escárnio sustentado pelo partido do embuste, agora a coisa mudou, a ideologia nefasta não prevalece mais. **Os valores morais estão sendo restaurados**. JOSE CARLOS SALIBA 2 dias atrás (ÊXODO..., 2016)

A crescente imigração de venezuelanos para o Brasil faz com que venha à tona antigos preconceitos. Alguns afirmam que “com esta imigração dos venezuelanos, os crimes acontecem com mais frequência”, “o número de ocorrências policiais dobrou em Pacaraima e quase todo dia venezuelanos são presos na cidade, suspeitos de furtos e de assaltos. O número de arrombamentos de casas e lojas também aumentou” (JUNIOR, 2016)

“A empresária Selma Linhares, de 58 anos, reclamou da falta de segurança. Relatou que foi alvo dos bandidos, no mês passado, e **acredita que foram venezuelanos**. “Arrombaram minha loja e levaram o que puderam carregar. **Isso nunca havia acontecido**. A coisa está tão ruim na Venezuela que até os bandidos de lá estão vindo para cá”. (JÚNIOR, 2016)

A imigração de venezuelanos para o Brasil é um fenômeno recente e, podemos afirmar que de forma efetiva esse fluxo começou a partir de 2014, mas atinge o seu ápice em 2016 com a grave crise política e econômica pela qual passa a Venezuela. De janeiro de 2014 a agosto de 2015, só no estado do Amazonas os pedidos de refúgio representavam 225, liderando o ranking de nacionalidades (CAMINHOS DO REFUGIO, 2016). Já, em Roraima, segundo a Polícia Federal, ao menos 493 venezuelanos pediram refúgio nos primeiros sete meses deste ano. O número representa 110% a mais do que os 234 pedidos registrados ao longo de todo o ano de 2015. Durante o ano de 2014, 268 solicitações de refúgio foram emitidas pela PF. Apesar do crescimento de solicitações de refúgio em Roraima por parte dos venezuelanos, nos últimos 12 meses, mais de 300 venezuelanos foram deportados (EM 7 MESES..., 2016).

Hoje, conforme a Polícia Federal, a maior parte de solicitantes de refúgio são venezuelanos, seguidos de cubanos e haitianos. Os cubanos chegaram a Roraima, em uma primeira onda nos anos 1990, partir de uma política de atração de mão-de-obra qualificada que trouxe médicos e professores para o estado. A partir de 2013 aumentou a presença de novos cubanos que chegaram a Roraima a partir das redes migratórias já constituídas (RODRIGUES, 2013). Os haitianos chegaram no rastro dos terremotos, em 2010, embora o destino principal fosse Manaus e São Paulo; já os imigrantes de alguns países do continente africano (Cabo Verde, Nigéria, Argélia, Guiné Bissau, Benin, Senegal) chegaram a partir do ano 2000, por meio do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), proposto como atividade de cooperação, prioritariamente,

com países em desenvolvimento para a formação de recursos humanos. Esses segmentos modificaram a paisagem e a geografia migratória em Roraima, até então, com predomínio dos guianenses e, em menor grau de cubanos, peruanos, colombianos e bolivianos. Os africanos e haitianos, entre os grupos de migrante internacional, são os que mais enfrentam situações de preconceito e racismo.

Embora Roraima seja um estado de migração interna, a imigração internacional é algo relativamente recente, com exceção dos guianenses. Roraima apresentou as maiores taxas de crescimento do fluxo de imigrantes internacionais, nos anos 1980 e 1990. Ao mesmo tempo os fluxos de brasileiros para os países fronteiriços são muito intensos e datam de períodos anteriores aos anos 1980, principalmente para Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela.

Nesse sentido é que a imigração de venezuelanos para Roraima, um estado totalmente despreparado, agrava ainda mais as condições de vulnerabilidade às quais estão submetidos, principalmente, crianças, idosos e mulheres. A Divisão de Proteção da Primeira Vara da Infância e Juventude da Comarca de Boa Vista, em setembro desse ano, “realizou operação com o intuito de coibir a presença de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, principalmente referentes aos indígenas venezuelanos em comércios, semáforos e locais com grande concentração de pessoas na capital” (VARA, 29/09/16). Mesmo que algumas crianças estejam frequentando as escolas, como aponta o resultado preliminar do Censo Escolar de 2016, em que “o estado já contabiliza em todas as escolas do Estado, 999 alunos, contra 248 estudantes venezuelanos matriculados somente nas escolas estaduais, o estado de Roraima, fronteiro com Venezuela e Guiana em que algumas crianças e jovens já frequentavam as escolas nos municípios de Bonfim e Pacaraima, com uma população indígena significativa, ou seja, 11% de toda a população do estado é indígena, não está preparada ainda para estabelecer os diálogos e reflexões necessários a respeito da questão das diferenças culturais para além de concepções binárias² e fixas, que até agora contribuíram para construir posturas e atitudes de exclusão e marginalização. A escola é um dos espaços da educação, no qual as mais diversas culturas se encontram, se atravessam, constituindo-se em um espaço formador e transformador de saberes diversos” (BRASIL, 2016). Nesse sentido, Fleuri e Souza (2003, p 65), ao pensarem as questões culturais a partir de uma educação intercultural nos chamam a atenção para o fato de que, “a relação entre educação e cultura(s) não pode mais se limitar ao âmbito dos conteúdos culturais, ou do currículo escolar”, pois, há que se considerarem as relações entre os diferentes

² Ao referir-me às concepções binárias, estou tomando como base as “relações binárias” colocadas por Bhabha (2003, 347), como por exemplo: passado e presente; interior e exterior; sujeito e objeto; significante e significado. Tais concepções ficam restritas a uma dualidade, sem olhar outras dimensões das relações.

sujeitos, e a forma como os mesmos a “agenciam”. A escola, nesse sentido, segundo Azibeiro (2003), poderia

(...) configurar seus processos educativos com base nas relações interculturais: a interação crítica e dialógica se torna muito mais fecunda e educativa na medida em que as pessoas buscam compreender não só o que cada um quer dizer, mas também os contextos culturais a partir dos quais seus atos e suas palavras adquirem significados. (AZIBEIRO, 2003, p. 87).

Em regiões de fronteira, principalmente, encontramos uma complexidade particular das dinâmicas sociais presentes no espaço escolar, que em geral pode ser apresentada a partir das relações entre diferentes culturas (a presença de indígenas além de sujeitos diferentes nacionalidades), o que requer uma atenção para questões como preconceitos, discriminações, exclusões sociais, isto é, diferentes formas de violência.

A realidade atual das migrações internacionais em Roraima, bem como o contato permanente com diversos grupos étnicos tanto na fronteira com a Venezuela como com a Guiana, nos obriga a pensar e a repensar as políticas educacionais em áreas de fronteira, em que as formas e conteúdo do processo de ensino-aprendizagem não sejam excludentes e muito menos reproduzam as formas veladas de racismos, estigmas e preconceitos.

Segundo Luciane Watthier (2008), o ambiente escolar é um local que exerce influência intelectual e cidadã sobre um indivíduo, vindo a afetar a formação da identidade dos alunos. Identidade a qual é definida pelos comportamentos, atitudes e costumes de um indivíduo e se modifica com a convivência entre sujeitos, ou seja, se constrói tendo o Outro como referência (GOMES, 1996). Desta forma, o fato de o tema da diversidade étnico-racial não ser abordado na sala de aula pode acarretar nos diversos grupos sociais (afrodescendentes, indígenas, estrangeiros, homossexuais, etc.) a não-valorização pela sociedade, contribuindo para que alunos e alunas percebam as suas diferenças como aspectos negativos.

Essa realidade é vivenciada também nas outras regiões amazônicas fronteiriças, uma vez que o aumento da migração intra-regional e fronteiriça é uma tendência em todo a América do Sul. A intensificação da mobilidade intra-regional e fronteiriça, na fronteira norte do Brasil (Suriname, Guiana Francesa, Venezuela e República Cooperativa da Guiana), tem se configurado como continuidade dos fluxos migratórios internos na Amazônia ou mesmo como continuidade das “frentes de expansão garimpeiras” (PINTO, 2008). No entanto, há que se ressaltar que essas fronteiras amazônicas são marcadas pelo cotidiano dos grupos étnicos e nacionais, que desenham fluxos migratórios diários e transfronteiriços e dão origem às redes sociais, tanto do “lado de cá” como do “lado de lá”. Essas redes se estendem por intermédio

das relações de comércio, de trabalho, de serviços públicos, de lazer, de parentesco, de vizinhança e de religiosidade.

Na Fronteira Brasil e Suriname, a imigração de brasileiros para o Suriname se tornou intensa em meados da década de 1990 do século passado (HÖFS, 2006). Há um número significativo de homens e mulheres da periferia da capital de Belém que migram para Paramaribo³ e áreas de garimpo do Suriname. De acordo com Andrea Jubithana-Fernand, baseada nas informações dos últimos seis anos, da Embaixada Brasileira no Suriname, aproximadamente 20.000 brasileiros viviam no país (HÖFS, 2007, p.201)⁴. Dados coletados por meio de conversas informais com policiais federais em Belém do Pará há um número expressivo de brasileiros que viajam semanalmente para Paramaribo, do aeroporto internacional da capital paraense.

Segundo Carolina Carret Höfs, “[...] *Klein Belém* é o apelido da área onde há maior concentração de comércio e moradias de brasileiros em Paramaribo [...]. E, entretanto, na cidade as mulheres são primeiramente identificadas como vindas de Belém do Pará” (HÖFS, 2007, p.49). Ela ainda conta que:

[...] processos de expansão social, política e econômica na região norte brasileira (agrícola e mineração), transformaram a cidade de Belém do Pará em um centro cosmopolita da região Amazônica e das Guianas. A cidade se tornou a principal porta de saída do Brasil para a região guianense e para o Caribe e também referência e destino para comerciantes brasileiros e surinameses. De Belém, eles trazem para o Suriname equipamentos eletrônicos; antenas parabólicas; máquinas diversas para o garimpo; comidas típicas, como a goma da tapioca e frutas da Amazônia; incluindo roupas e pequenos utilitários domésticos (HÖFS, 2007, p.50).

Essa perspectiva se torna interessante, visto que, em contexto brasileiro, prevalece a visão colonial de que a Amazônia é “muito longe de tudo”, “outro mundo”, “isolada” e onde “só tem mato, floresta e índio”, tendo como referência as outras quatro regiões do país. A imigração para o Suriname intensificou-se nos anos 1980, com o grande fluxo de mineração no Pará, em Serra Pelada e em Carajás. Ao final daquela década, com a decadência da

³ HÖFS (2007, p.49) descreve em nota: Paramaribo é capital do Suriname, localizado no extremo norte da América do Sul. Em 2004, a população do Suriname foi estimada em 480 mil habitantes, que residem nos dez distritos administrativos em que o país está dividido. A cidade de Paramaribo, capital do país e do distrito do mesmo nome, está localizada próxima à costa e na foz do Rio Suriname – um dos rios de maior circulação de mercadorias e pessoas. Ali estão concentradas aproximadamente 250 mil pessoas, o que representa pouco mais da metade da população estimada. Esta cidade apresenta um cenário onde impera a diversidade pela qual o Suriname é famoso.

⁴ “Hoje, os próprios imigrantes estimam que vivam no Suriname entre 40 e 50 mil brasileiros” (HÖFS, 2007, p.49). Devido ao número de brasileiros considerados em condição irregular no país que não são contabilizados pelos dados oficiais. O delegado da Polícia Federal do Pará informou que são 20.000 brasileiros em território surinamês.

mineração no Pará, muitos brasileiros cruzaram a fronteira e foram para garimpos surinameses. O garimpo⁵ e a prostituição são as atividades em que se encontram um número significativo de mulheres originárias da Amazônia⁶ que migram para o Suriname. A capital Paramaribo é uma localidade estratégica para garimpeiros que em busca de serviços médicos, envio de remessas de dinheiro para a família em Belém, venda de ouro ou aquisição de mantimentos. A permanência na capital varia de 02 a 30 dias para quem não mora na capital, afirma Jubithana-Fernand (2009, p.202). A maioria é oriunda do norte do Brasil, e da região nordeste, em destaque, o estado do Maranhão com predominância de negros e negras, onde há um fluxo migratório significativo para a capital paraense. Hazeu (2011, p.31) destaca a vertente internacional feminina migratória das periferias de Belém.

Em especial, Carole Boyce Davies (2010, p.753) pontua, dentre outros aspectos sobre a migração feminina em contexto caribenho que nos remete, em alguma medida, à realidade de mulheres da periferia de Belém para o Suriname:

[...] a migração de pai e mãe, que deixam seus filhos com parentes até que possam buscá-los; (3) outros filhos que nascem no novo país enquanto os que ficaram para trás aprendem a viver sem os pais e formam laços com os parentes que os abrigam; (4) a reunificação da família nuclear no novo país; (5) a presença constante de problemas econômicos e sociais dos parentes que ficaram para trás.

As mulheres da família da migrante assumem a responsabilidade de cuidar dos filhos dentro do universo moral⁷ em que todos devem colaborar, voltados, especificamente, às mulheres (tias, avós e irmãs). As mulheres da família que migram, às vezes, levam outras para trabalharem nas boates ou em outras atividades no comércio informal (parentes, vizinhas e amigas, conhecidas da periferia), em suas temporadas nas suas comunidades ou mandam buscá-las com envio de remessas de dinheiro e ainda àquelas que permanecem como fundamentais para a dinâmica migratória porque cuidam de filhos e netos nas periferias de Belém.

Segundo Vasconcelos et.al (2013, p.98) a relação do *cuidado familiar* é marcada fortemente, ainda que em um contexto de transnacionalismo, pela definição de papéis de

⁵ Segundo Höfs (2007, p.50): “[...] Muitas mulheres atravessaram a fronteira rumo ao Suriname em razão de seus casamentos com garimpeiros [...]. Muitas eram marreteiras – como são conhecidas as pessoas que fazem comércio informal nos garimpos, a chamada marretagem – outras eram donas de cantinas, cozinheiras, prostitutas”.

⁶ É a forma estigmatizada como são conhecidas brasileiras que trabalham como prostitutas no Suriname ou o ato em si ligado às atividades da prostituição.

⁷ Ver A Família como Universo Moral. In: SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

gênero, nos quais as mulheres são as principais responsáveis participando diretamente nos cuidados familiares, tendem a realizar e acompanhar mais ativamente o cotidiano das atividades relacionadas aos cuidados familiares. Já entre os homens, o cuidado está ligado diretamente ao sustento e aos resultados gerados por ele dentro da família.

Para Vasconcelos et.al (2013), o exercício do cuidado e da autoridade de maneira autônoma dos filhos dos migrantes é definida a partir de “que quem cuida tem autoridade” (LÉON, 2011, p. 15). Desse modo, é comum a perda total e/ou parcial da autoridade materna e/ou paterna sobre os (as) filhos (as) que são criados (as) por outros membros da família no Brasil sem a presença direta da mãe nas atividades cotidianas da vida. Em muitas situações crianças e adolescentes vivem em situação de vulnerabilidade social, envolvendo-se em conflitos nas escolas devido ao consumo de álcool e drogas e até com a lei. Em trabalho de campo realizado na cidade de Bonfim (Roraima) dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa nas escolas, a maioria tinha o pai ou mãe que estava no garimpo (RODRIGUES, 2013).

Amapá e a Guiana Francesa têm algumas similitudes, entre elas, o fato de se configurarem periferias em relação aos centros decisórios e dependentes dos recursos financeiros dos governos centrais. Do lado brasileiro localiza-se a cidade de Oiapoque e do lado francesa cidade de Saint-Georges. Essas coletividades são separadas por critérios relacionados à soberania, nacionalidade e etnicidade, organização política, administrativa, institucional, mas também são muito próximas em termos físicos e, em virtude disso, há intenso deslocamento de pessoas entre os dois lados da fronteira, o que provoca um elevado grau de interação entre seus habitantes. Esse contexto classifica Oiapoque e Saint Georges como cidades-gêmeas. (MARTINS, et.al, 2015).

Segundo Martins, Superti e Pinto (2015, p. 369), o município do Oiapoque foi criado em 1945, ainda na época do território federal, para garantir a ocupação da fronteira por meio da colonização induzida por políticas públicas e estratégias geopolíticas de segurança nacional como a construção da BR 156. Passado mais de meio século de existência, o município é o quarto maior do estado com 20.426 habitantes. Seu crescimento demográfico foi de 50%, entre 2000 a 2010, de acordo com o levantamento de Santos (2013). Segundo os autores, a explicação para o aumento se liga a pavimentação parcial da BR 156, que facilitou o acesso, a construção da ponte binacional e os anseios de imigração para a Guiana Francesa. As estatísticas sobre essa população apontam um alto percentual de miséria 9,8 % da população vive entre a linha da indigência e pobreza e 24,1% estão abaixo na linha de indigência, o que

dá um total de 33,9% oiapoquenses pobres e indigentes (BRASIL/PORTALODM, 2013, p. 2).

A infraestrutura da cidade não atende às demandas de seu crescimento populacional e a precariedade da condição urbana é um fato incontestável. As vias públicas do núcleo urbano são irregularmente asfaltadas, as construções habitacionais são precárias, os serviços públicos de saúde, educação e segurança pública são débeis e refletem a fragilidade do poder público local em atender as necessidades básicas da população. Apesar de suas graves deficiências infraestruturais, a cidade tem uma vida agitada. Oiapoque é uma cidade que não para e que possui um tempo próprio: o de fronteira.

A movimentação dos catraieiros - geralmente homens que realizam o transporte de pessoas e cargas - é intensa e constante. Bares e boates funcionam todos os dias até de madrugada, o comércio clandestino e o câmbio negro acontecem nas vias públicas, principalmente na beira rio. A prostituição como fonte de trabalho quase institucionalizada movimenta bares e hotéis. O comércio regular é totalmente livre de fiscalização. Diariamente centenas de brasileiros e guianenses, contrabandistas, garimpeiros, atravessadores, índios, agricultores chegam à cidade para fazer compras. A diferença cambial estimula a procura por gêneros de primeira necessidade pelos guianenses, principalmente pela carne brasileira. O comércio se movimenta com três moedas, ouro, euro e real (MARTINS, et al, 2015, p. 380)

Segundo Martins, et al (2015, p. 381), a movimentação na fronteira Oiapoque-Guiana Francesa se desenrolou livremente até fins da década de 1990, configurando um contexto interativo. Após esse período começaram os conflitos decorrentes do adensamento institucional francês coibindo à entrada de brasileiros em território guianense. A política de controle a imigração afetou de forma direta a mobilidade e aos deslocamentos de brasileiros no rio Oiapoque, ou seja, brasileiros em viagem pelo rio passaram a ser percebidos como migrantes em potencial. Desde então, a movimentação de pessoas passou a receber o peso da territorialidade estatal.

Os autores afirmam que há um discurso estigmatizante sobre os imigrantes brasileiros que os responsabiliza pelos males que afligem a sociedade guianense. Esse discurso ganhou força, principalmente nos últimos anos, e se vincula de forma direta ao clima violento e tenso nos garimpos clandestinos. As exigências crescentes de visto e documentação, a ameaça de detenção, os exercícios constantes da *Gendarmerie*, da *Police aux Frontières* e da Legião Estrangeira ao longo do rio Oiapoque, indicam uma política de segurança que corresponde ao postulado de que para os Estados o deslocamento e a

mobilidade de pessoas são percebidos como temáticas vinculadas a sua soberania (REIS, 2007).

Segundo Castro e Hazeu (2012), a França, como membro da União Europeia, tem adotado uma política migratória seletiva, atraindo cientistas, artistas, jogadores e empresários brasileiros e reprimindo a imigração de pessoas de classe trabalhadora, a partir de reforçados controles nas fronteiras e a perseguição, prisão e deportação de migrantes não documentados. Para a Guiana Francesa, a França tem implementado uma política específica de exigência de vistos para brasileiros para sua entrada no território, diferenciada da política de entrada na França metrópole, medida justificada pelo grande fluxo de brasileiros para Guiana Francesa, considerada fronteira externa da União Europeia, que comprometia os compromissos assumidos pela França. Ainda, segundo Castro e Hazeu (2012, p. 38) essa política migratória francesa se traduz na produção do migrante ilegal, condição na qual se encontra a maioria dos brasileiros na Guiana Francesa. Essa condição serve para afirmar a França como Estado nação, definindo quem é e pode ser francês e ter direitos de cidadania e quem não é e não pode ser. Dessa forma, migrantes brasileiros não documentados vivem, por essa política, permanentemente sob a pressão de poder ser deportados, escondendo-se e fugindo da polícia francesa, uma insegurança que abala a saúde psicológica e as possibilidades de investir e acessar serviços. As perseguições e deportações concretas são, muitas vezes, acompanhadas por atos de intimidação e violência, como a apropriação e queima dos pertences das pessoas, humilhações, violência física e até morte. São forçadas a viver uma vida clandestina com cada vez menos perspectiva de acessar a cidadania francesa. Há uma ligeira diferença para homens e mulheres (CASTRO; HAZEU, 2012, p.38). Com a presença de um contingente grande de homens franceses sem família ou companheiras, a presença das mulheres brasileiras é mais tolerada ou negociada. Pode-se vislumbrar nesse contexto da transfronteira Brasil (Oiapoque) e França (Guiana Francesa) diversas formas de violência e violação dos direitos humanos, muito comum, no contexto atual das migrações internacionais em todo o mundo.

As fronteiras com Bolívia e Peru na região noroeste da Amazônia são caracterizadas, principalmente como fronteiras em trânsito abertas e, permanentemente de brasileiros, peruanos e bolivianos que se trasladam cotidianamente por esses lugares fronteiraços. A saída e ingresso de migrantes e refugiados nessas referidas fronteiras determinam algumas questões que desafiam os direitos internacionais dos migrantes trabalhadores e suas famílias⁸ e dos solicitantes de refúgio. Neste contexto constata-se, por exemplo, grande fluxo de famílias

⁸ Conforme determinação da Organização internacional do Trabalho – OIT, agência vinculada à Organização das Nações unidas – ONU.

bolivianas e peruanas indocumentadas residindo há anos nos municípios fronteiriços nos estados do Acre e Rondônia trabalhando de forma irregular em sistema de extrema exploração nas grandes fazendas em situações análogas ao trabalho escravo. Situações similares são identificadas também no trabalho doméstico que mobiliza trabalhadoras peruanas e bolivianas para as capitais e os grandes centros urbanos dos estados transfronteiriços. Por outro lado, devido à disparidade de valorização da moeda boliviana, o peso boliviano, em relação à moeda brasileira e ao dólar, as escolas de saúde dos grandes centros universitários da Bolívia tem atraído milhares de jovens brasileiros que buscam a realização da carreira acadêmica, de maneira especial na área da medicina nas cidades bolivianas⁹.

Estas mesmas fronteiras se caracterizam também pelas rotas de contrabando de migrantes trabalhadores e de tráfico humano, de maneira especial de mulheres para fins de exploração sexual comercial, passando pelos garimpos irregulares e indo na direção da Ásia e Europa através das rotas do pacífico.

A presença de brasileiros indocumentados trabalhando no mercado informal nas cidades transfronteiriças na Bolívia, de maneira especial em Guayará-Mirim, também é uma constante. Há trabalhadores que se trasladam pelas fronteiras todos os dias para trabalhar e retornar e há aqueles que estabelecem moradia nas cidades transfronteiriças nos três países, a grande maioria indocumentada vivendo e trabalhando de forma irregular.

Nas fronteiras do Acre com o Peru constatou-se nos últimos quatro anos uma intensa circulação de migrantes principalmente haitianos, senegaleses, dominicanos, cubanos e colombianos que adentram as fronteiras dessa região na condição de solicitantes de refúgio e enfrentam uma verdadeira peregrinação aos órgãos oficiais do Estado Brasileiro nos postos da Polícia Federal principalmente em Brasileia, Rio Branco e Porto Velho, para serem atendidos com o visto humanitário¹⁰. A modalidade de visto humanitário, prevista no Estatuto do Estrangeiro de 1980, permaneceu quase inalterada por ser pouco usual até a intensificação da chegada de migrantes haitianos requerendo o status de refugiados ambientais no território nacional brasileiro.

A categoria refúgio ambiental prevista pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, refere-se ao status específico concedido a grupos familiares ou

⁹ De maneira mais expressiva os jovens acreanos e rondonienses, estudam nas cidades bolivianas de Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba.

¹⁰ Os escritórios da Cáritas e do Serviço Pastoral dos Migrantes em Rio Branco e Nova Brasiléia – Acre, em Porto Velho – Rondônia, diariamente atendem inúmeros imigrantes, especialmente colombianos, angolanos e Congolezes que passam por esta região solicitando auxílio para alojamento e alimentação e pedindo passagem, tanto para Manaus como pra o Sul do país.

sociedades inteiras atingidas por desastres ambientais ou climáticos forçadas a emigrar de sua terra natal em função de mudanças bruscas no meio ambiente.

No Brasil, a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e em seu Artigo XI, cria o Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça encarregado de avaliar as solicitações específicas de refúgio devidamente fundamentadas. Em última instância, caberia ao CONARE deliberar sobre o status de refugiado ambiental ou climático por se tratar de uma categoria específica da condição de refúgio. Ocorre que quando os migrantes haitianos começaram a chegar em levadas significativas nas fronteiras da Amazônia a partir de meados de 2010, solicitando o status de refugiados ambientais, ao que parece, o CONARE começou a apresentar dificuldades, para concessão do referido visto por causa da quantidade cada vez mais expressiva de solicitações da mesma modalidade.

A partir de 2013, quando a situação parecia fora de controle nas fronteiras do Acre, o CONARE repassou ao Conselho Nacional de Imigração – CNIg - a responsabilidade de reavaliar a situação dos haitianos a fim de buscar alternativas à autorização de visto de refúgio ambiental ou climático. Num primeiro momento, o refúgio ambiental parecia ser uma solicitação legitimamente fundada na tragédia ambiental pela qual passara a capital do Haiti em 12 de janeiro de 2010 afetando cerca de 3 milhões. A catástrofe matou pelo menos 200 mil haitianos e mais de 1,5 milhões de pessoas ficaram desabrigadas. Essas características seriam suficientes para atestar e legitimar a solicitação de refúgio ambiental no território brasileiro. No entanto, o governo brasileiro negou-se ao atendimento da solicitação de refúgio ambiental e concedeu aos haitianos, através do CNIg o status de migrantes econômicos habilitando-os para o trabalho em território nacional por dois anos podendo ser prorrogáveis de acordo com os interesses de ambas as partes.

A negativa ao status de refugiados ambientais poderia desdobrar-se em inúmeras e incansáveis análises do ponto de vista das teorias migratórias e das questões sociais, políticas e econômicas que envolvem o tema. Mas, para sobre os estudiosos das migrações na Amazônia, a suspeita de que a negativa estaria diretamente relacionada à contenção da tensão resultante dos conflitos socioambientais na Amazônia decorrentes da implantação dos grandes projetos. Sabe-se que alguns grupos afetados, especialmente os povos indígenas e ribeirinhos atingidos por barragens, já debatem a solicitação do status de refugiados ambientais. Nesse sentido a negativa aos haitianos ocorre justamente para não abrir precedentes para os brasileiros.

Uma vez negado o refúgio ambiental, o CNIg passou a conceder autorização de visto ou residência em caráter humanitário a todos os haitianos que até 12 de janeiro de 2012 encontravam-se na fila de espera por uma solução. Entretanto, o atendimento emergencial aos haitianos nas cidades fronteiriças foi realizado através da Cáritas e do Serviço Pastoral dos Migrantes, em parceria com outras pastorais das dioceses do Acre, Amazonas e Rondônia. Percebeu-se significativa omissão por parte do Estado Nacional com relação ao atendimento emergencial até que o Governo do Acre, por meio da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, começou a enviar os migrantes para outras regiões do Brasil.

Até o final de 2013, os haitianos representavam a maioria absoluta de migrantes com autorização de visto humanitário no Brasil. A grande maioria havia passado pelas fronteiras do Noroeste da Amazônia onde houve a maior concessão de autorizações de visto humanitário. No momento atual, o que ocorre é o caminho inverso. Muitos haitianos que foram para outras regiões do país retornam pelos mesmos caminhos passando novamente pela fronteira em retirada para o Peru, Equador, República Dominicana até chegar novamente ao Haiti. Parece tratar-se de uma interminável peregrinação.

Além da conjuntura da migração internacional, a região vivencia também um intenso deslocamento interno de milhares de pessoas, especialmente povos indígenas e ribeirinhos deslocados pelos grandes projetos hidrelétricos ou minerais de larga escala concentrados na região que sofre uma série de impactos sociais e ambientais. Os deslocados por barragens são os mais numerosos e apresentam muitas resistências e lutas para não serem deslocados de seus territórios. Mas, suas terras são desapropriadas, cavadas e inundadas pelas hidroelétricas, garimpos e mineradoras. Nessa conjuntura temos dois fluxos importantes de migrantes internos: aqueles milhares deslocados para outras áreas e aqueles outros que chegam para trabalhar nos grandes empreendimentos. Nesse vai e vem de migrantes, os desafios são muitos. Os deslocados precisam ser atendidos nas suas lutas de resistência, nos reassentamentos, na difícil *reterritorialização*¹¹. Os trabalhadores migrantes reclamam atendimento por parte da sociedade de acolhida e muitos não retornam com as empresas contratantes ou porque são demitidos nos canteiros de obras ou porque optam pela mudança

¹¹ Expressão utilizada para indicar os grupos que são deslocados para áreas de possível convivência com o mesmo grupo. Porém, em novas dinâmicas espaciais que desestruturam vivências ancestrais, culturas e modos de organização social. Na reterritorialização os índios, por exemplo, não deixam de ser índios porque saíram da sua aldeia ou porque passam a ocupar outra terra em outra região. Na reterritorialização os grupos insistem em reconfigurar suas relações étnicas em outros contextos geopolíticos.

para as proximidades das obras, ou ainda porque contraem famílias nos arredores das grandes obras e abandonam os trabalhos nas empreiteiras para se fixarem nas novas realidades¹².

De maneira especial o Estado de Rondônia lida atualmente com o fenômeno da migração de retorno de rondonienses que estavam em outros países, especialmente Estados Unidos e Europa e retornam numa delicada experiência de readaptação. Muitos são os problemas enfrentados pelos retornados. Alguns poucos retornam em melhores condições econômicas. Entretanto, a grande maioria consegue apenas recursos mínimos para o retorno e enfrentam enormes dificuldades de reinserção no mercado de trabalho e passam por períodos críticos de readaptação familiar e no convívio social. Observa-se atualmente um fluxo importante de remigração daqueles que já vivenciaram uma temporada no exterior, retornaram e preparam-se para novas tentativas, geralmente em países diferentes da primeira emigração.

Por fim, outra categoria migratória muito expressiva na região é aquela mobilizada pela economia garimpeira em plena ascensão nas fronteiras. De modo especial na mobilização de brasileiros para a fronteira sudoeste de Rondônia e norte do Mato Grosso, no município de Pontes e Lacerda que faz fronteira com o Município de San Inácio, do lado boliviano. São diversas as novas áreas de garimpagem em toda a região mobilizando importantes deslocamentos migratórios em situação irregular.

Com esses levantamentos pode-se afirmar que a região é marcadamente mobilizada pelas migrações internas e internacionais e pela presença constante de refugiados(as). Isso nos faz concordar com Said (1999, p. 406), ao afirmar que “uma das características mais lamentáveis da nossa época é o fato da sociedade ter gerado mais refugiados, imigrantes, deslocados e exilados do que qualquer outro período da história, em grande parte como acompanhamento e, ironicamente, consequência dos grandes conflitos pós-coloniais e imperiais”. O que não deixa de representar um grande desafio para as pesquisas na Amazônia.

OBJETIVO GERAL

Realizar um estudo sobre as principais dinâmicas de mobilidade humana e processos econômicos, políticos, sociais e culturais, próprios das zonas transfronteiriças da Amazônia brasileira e as formas de inserção dos migrantes, regionais, intra-regionais, estrangeiros e

¹² O Serviço Pastoral dos Migrantes acompanha um número expressivo de novas famílias constituídas nos arredores dos canteiros de obras. De maneira especial é o trabalhador masculino que se casa ou passa a conviver com mulheres da região. Entretanto, o contrário também vem ocorrendo, ainda que em menor escala.

indígenas, nas capitais de cada um dos estados amazônicos brasileiros caracterizando os diversos tipos de violência e violação dos direitos humanos a que estão submetidos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar, quali-quantitativamente os diversos fluxos migratórios internacionais nas zonas fronteiriças;
- Identificar, quali-quantitativamente e categorizar os diversos fluxos migratórios inter e intra-regional para as capitais amazônicas (Boa Vista, Manaus, Belém, Macapá e Porto Velho);
- Mapear as rotas de deslocamento dos camponeses, extrativistas, seringueiros, garimpeiros, trabalhadores rurais, indígenas para as cidades;
- Verificar e cartografar os processos de ocupação de moradias nos espaços urbanos, as espacialidades laborais e de sociabilidades nas capitais amazônicas e zonas fronteiriças;
- Analisar, qualitativamente, nos projetos pedagógicos, nos livros e demais materiais didáticos as representações sociais, as imagens construídas na discursividade que envolve preconceitos e estigmas de gênero, de origem, cultural ou étnica, cor, religião ou orientação sexual;
- Pesquisar na produção midiática, versão *online* (textual e fotográfica), dos principais meios na Amazônia os temas relacionados aos migrantes (regionais, internacionais e indígenas), a violência e aos direitos humanos;
- Identificar tensões e conflitos resultantes de preconceitos, xenofobias, estigmas de gênero, de origem étnico-cultural, de cor, religião ou orientação sexual presentes na dinâmica social da região Amazônica;

METAS SEREM ALCANÇADAS E INDICADORES

OBJETIVO	META	INDICADORES	FONTES
Caracterizar, quali-quantitativamente os diversos fluxos migratórios internacionais nas zonas fronteiriças;	Porto Velho. Levantamento quantitativo e qualitativo nas regiões fronteiriças de Roraima: Pacaraima e Bonfim; Acre: Brasiléia e Assis	Censo demográfico; Registro de entradas oficiais de migrantes regulares; índices de entradas de migrantes irregulares; rotas Migratórias Internacionais e no Brasil; Índices de	PNAD/IBGE; Secretaria de Segurança Pública; Polícia Federal; Secretaria de Ação Social; Funai; Pastoral dos Migrantes; SME/SEE/ Censo Escolar

	Brasil; Amazonas: Tabatinga; Rondônia: Costa Marques e Guajará Mirim; e nas capitais: Boa Vista, Manaus, Macapá, Porto Velho, Belém.	migrantes nas embaixadas/ consulados; registros de entrada de passaportes na PF; Índices de famílias registradas na migração; Escolaridade e dados de auto identificação em fichas de matrícula escolar; Registro de trabalhadores estrangeiros; registros de casamentos e nascimentos em cartórios; composição da família*** e renda familiar; identidade de gênero; trabalho (tipo de ocupação, atividade remunerada com registro em carteira ou contrato, local de trabalho urbano ou rural); identidade Étnica / Racial; programas de Assistência Social;	(<i>online</i>); Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Consulado e embaixadas dos países envolvidos; Cartórios de registro de nascimento e casamento; Secretarias de saúde;
Identificar e caracterizar, qualitativa e quantitativamente os diversos fluxos migratórios e deslocamentos inter e intra-regional para as capitais amazônicas.	Elaboração de relatório quantitativo e qualitativo, pesquisas de campo em Roraima: Pacaraima e Bonfim; Acre: Brasiléia e Assis Brasil; Amazonas: Tabatinga; Rondônia: Costa Marques e Guajará Mirim; e nas capitais: Boa Vista, Manaus, Macapá, Porto Velho, Belém e Rio Branco.	Censo demográfico e escolar; Registro de entradas oficiais de migrantes regulares; índices de entradas de migrantes irregulares; cadastro em Projetos e Programas Sociais no Brasil; rotas migratórias e motivos da Migração; redes de parentesco dos migrantes; escolaridade; trabalho urbano ou rural; divisão sexual do trabalho na família;	Bibliografias de referência; Secretaria de Segurança Pública; Polícia Federal; Secretaria de Ação Social; Funai; Pastoral dos Migrantes; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Secretarias Estaduais e municipais de Bem-Estar;
Mapear as rotas de deslocamento dos camponeses, extrativistas, seringueiros,	Levantamento quantitativo e qualitativo em Roraima: Pacaraima e	Esvaziamento do campo; os diversos processos de desruralização; o crescimento das periferias das grandes cidades; as	Arquivos de atendimento e publicações da Comissão Pastoral da Terra; Sindicatos

<p>garimpeiros, trabalhadores rurais, indígenas para as cidades;</p>	<p>Bonfim; Acre: Brasiléia e Assis Brasil; Amazonas: Tabatinga; Rondônia: Costa Marques e Guajará Mirim; e nas capitais: Boa Vista, Manaus, Macapá, Porto Velho, Belém.</p>	<p>condições precárias de moradia e trabalho dos migrantes; as ocupações de áreas urbanas (especialmente nas capitais); fluxos Migratórios Internos; índices de migrantes por áreas urbanas das capitais; coeficientes de trabalho urbano versus rural nos registros sindicais; motivos dos deslocamentos internos e externos na fronteira</p>	<p>de trabalhadores rurais; Conselho Indigenista Missionário; Conselho Indigenista de Roraima; Pastoral dos Migrantes; Conselho Nacional de Seringueiros; sindicato e associações de garimpeiros; Censo demográfico-IBGE; CPT nacional; Federação dos Trabalhadores Rurais (FETAG); Trabalhos acadêmicos (teses, artigos); Organizações Indígenas (COIAB; CIR); Organizações Não Governamentais.</p>
<p>Verificar e cartografar os processos de ocupação de moradias nos espaços urbanos, as espacialidades laborais e de sociabilidades nas capitais amazônicas e zonas fronteiriças.</p>	<p>Identificação, através de pesquisa de campo, dos espaços laborais, de sociabilidades, lazer e moradia em Roraima: Pacaraima e Bonfim; Acre: Brasiléia e Assis Brasil; Amazonas: Tabatinga; Rondônia: Costa Marques e Guajará Mirim; e nas capitais: Boa Vista, Manaus, Macapá, Porto Velho, Belém.</p>	<p>O crescimento demográfico das capitais e grandes centros urbanos da Amazônia.</p>	<p>Associação Comercial; Sindicatos; Programa “minha casa minha vida”; Planos Diretores dos municípios; Secretarias de Ação Social; Central Única dos Trabalhadores; DIEESE; PNAD.</p>
<p>Analisar, qualitativamente, nos projetos pedagógicos, nos</p>	<p>Levantamento documental e pesquisa de campo em pelo menos 01</p>	<p>Conteúdo bibliográfico que revela os níveis e índices de violência cometidos contra alunos,</p>	<p>Projeto Político Pedagógico; livros didáticos; conselho escolar; Associação</p>

<p>livros e demais materiais didáticos as representações sociais, as imagens construídas na discursividade que envolve preconceitos e estigmas de gênero, de origem, cultural ou étnica, cor, religião ou orientação sexual.</p>	<p>escola da rede pública em Roraima: Pacaraima e Bonfim; Acre: Brasiléia e Assis Brasil; Amazonas: Tabatinga; Rondônia: Costa Marques e Guajará Mirim; e nas capitais: Boa Vista, Manaus, Macapá, Porto Velho, Belém.</p>	<p>professores, técnicos e servidores migrantes que revelem preconceitos e estigmas de gênero, de origem cultural ou étnica, cor, religião ou opção sexual pelo simples fato de serem migrantes</p>	<p>de Pais e Mestres; Diretórios de estudantes, grêmios estudantis, salas de aula.</p>
<p>Pesquisar na produção midiática, versão online (textual e fotográfica), dos principais meios na Amazônia os temas relacionados aos migrantes (regionais, internacionais e indígenas), a violência e aos direitos humanos;</p>	<p>Análise das diferentes produções de sentidos e suas relações com o que poderia, mas não é veiculado acerca desses temas; Catalogação da produção midiática sobre migração da região em estudo; Identificação dos audiovisuais disponibilizados na escola; Levantamento dos materiais didáticos impressos utilizados pelos professores; Caracterização das atividades escolares de diferentes áreas desenvolvidas nas escolas; Identificação dos meios de comunicação e registro sobre festas, campanhas e programas sociais da/ na escola;</p>	<p>Produção midiática nos diversos meios impressos e eletrônicos; Reportagens, Entrevistas, Filmes sobre Migrantes, Direitos Humanos e Violência; Musicas e Shows humorísticos; campanhas publicitárias; tipos de divulgação de campanhas Assistenciais; recursos didáticos midiáticos, impressos e imagéticos; audiovisuais; atas de reuniões; ficha de avaliação dos alunos e Bilhetes entre escola e pais.</p>	<p>Jornais online; redes sociais;</p>

<p>Identificar tensões e conflitos resultantes de preconceitos, xenofobias, estigmas de gênero, de origem étnico-cultural, de cor, religião ou orientação sexual presentes na dinâmica social da região Amazônica;</p>	<p>Levantamento do quadro de Saúde (mortalidade, tipos de doenças com recortes de identidade: étnico-racial, gênero, orientação sexual, origem de migração, religião); Catalogação e estudos dos casos de negligência hospitalar, processos administrativos e justiça envolvendo a migração e os temas em discussão; Identificação das Condições de trabalho; Assédio sexual e moral; abuso de poder; Identificar as denúncias de violência nas escolas; Catalogação os casos de racismo e de <i>bulling</i> separadamente; Definição de uma amostra dos materiais didáticos com discursos racializados.</p>	<p>Índice de acidentes de trabalho e registro de denúncias; taxas de absenteísmo; denúncias de violência nas escolas (<i>bulling</i>); agressões entre estudantes e professores; índices de matrículas por transferências; manifestações de racismo, xenofobia; índices de mortes violentas; violência de gênero; violência policial; abuso e violência contra crianças e adolescentes; ofertas de emprego; taxas de emprego/desemprego; Tipologias da violência envolvendo ou entre migrantes, dos crimes passionais, crimes de homofobia, contra criança e adolescentes; Taxas de mortes por crimes hediondos; Coeficiente de violência de gênero e de homofobia; Índices de violência policial e abuso de poder; Tipologia de crimes e violências cometidas por crianças e adolescentes; Características das ofertas de emprego; Taxas de emprego/desemprego envolvendo migrantes e indígenas; Tipos de ocupação remunerada de migrantes e indígenas com caracterização étnica do trabalho com carteira assinada para migrantes e indígenas; coeficientes dos empregos/serviços ofertados sem registro de carteira para migrantes e indígenas;</p>	<p>Sindicatos, associações, Conselhos de medicina e de enfermagem; Ministério Público Federal; Tribunal de Justiça; Ouvidoria dos hospitais; Delegacias especializadas, Centros de tratamento psicológicos; Movimentos de Mulheres; Grupos de Pesquisas (Universidades)</p>
--	--	---	---

- *as referidas capitais referendam o conceito de fronteira aqui em discussão;
- **Inclui-se a cidade fronteiriça de Pacaraima pelo dado histórico de importância (já identificado em pesquisas anteriores que retrata a importância econômica nas relações sócio espaciais da Fronteira Brasil/Venezuela);
- ***Moradores de uma mesma moradia/dividem despesas.

METODOLOGIA A SER EMPREGADA

Como pesquisa multi e interdisciplinar nas diversas áreas do conhecimento (sociologia, antropologia, literatura, letras, historia, geografia, ciências jurídicas, ciências da comunicação, relações internacionais, matemática, pedagogia, educação, serviço social, licenciaturas, filologia, ciência política, enfermagem, medicina, políticas públicas, arquitetura, recursos naturais, artes visuais, entre outras) a presente pesquisa utilizará várias estratégias de pesquisa almejando, minimamente, a totalidade histórico-social. Buscar-se-á a construção de estruturas de busca de dados e interpretação a partir das diversas ferramentas de obtenção de dados, tais como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, com utilização observação participante e pesquisa-ação.

O uso, predominante das metodologias qualitativas, sem prescindir das metodologias quantitativas busca revelar os conflitos, as contradições e os processos históricos das mobilidades humanas, das violências e dos direitos humanos nas regiões de fronteira e em capitais da Amazonia. Dessa forma, pretende-se combinar diferentes teorias e seus respectivos métodos e técnicas para a consecução dos objetivos, cuja centralidade é a mobilidade humana e as diversas formas de violência praticadas contra os migrantes internos, regionais, nacionais e internacionais na tensa e intensa mobilidade humana transfronteiriça marcada pela violação dos direitos humanos.

Pesquisa e análise documental e bibliográfica

O desenvolvimento desta pesquisa requer, primeiramente, um amplo levantamento bibliográfico (material e digitalizado) com o objetivo de organizar essas informações em uma Base de Dados Referencial (dados bibliográficos) com referências de artigos científicos, monografias, teses, trabalhos de congressos e outros documentos convencionais e não convencionais; artigos em jornais de circulação local, nacional e internacional; trabalhos de literatura (poemas e ficções), livros impressos e em formato digital ou e-book. Essa Base de Dados será posteriormente disponibilizada no sítio do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre

Fronteiras (GEIFRON/UFRR) para acesso de outros pesquisadores e para subsidiar a revisão de literatura da equipe de pesquisadores do referido projeto.

Ainda como procedimentos metodológicos serão realizadas pesquisas e análises de documentos históricos e registros oficiais e censitários em órgãos públicos, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Justiça(MJ), Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério Público (MP), Secretaria de Direitos Humanos (SDH), – Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Centros de Referência em Assistência Social (CREAS), Divisão de Assistência Consular (DAC), Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS), Departamento de Polícia Federal (DPF), entre outros órgãos da esfera estadual e municipal. A pesquisa documental também será realizada junto a alguns Organismos internacionais, tais como: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dentre outros; junto a Organizações não governamentais tanto em âmbito local, regional, como nacional e internacional; a entidades empresariais, sindicatos; igrejas, entre outros.

Serão realizados levantamentos de informações e dados sobre as políticas públicas em nível estadual e municipal implantadas para reduzir os impactos da estigmatização, discriminação, desigualdade, preconceito, violência, segregação praticados contra os migrantes imbricando-os numa mecânica de exclusão social (WACQUANT, 2008: 17-18) que afeta diretamente os grupos sociais afrodescendentes, indígenas, migrantes, mulheres, homossexuais, idosos, entre outros com a finalidade de mapear essas ações.

Nesta perspectiva, a metodologia da pesquisa aponta que

A missão histórica primária do pensamento crítico é a de servir como *solvente da doxa*, questionar perpetuamente a obviedade e as estruturas do debate cívico de maneira a nos darmos a chance de pensar sobre o mundo, em vez de sermos *pensados por ele, dissecar e* compreender seus mecanismos e assim reapropriá-lo intelectual e materialmente (WACQUANT, 2008, p.138).

Pesquisa qualitativa

Pretende-se que a Base de Dados Referencial, constituída com dados textuais e imagéticos sobre as mobilidades humanas e suas implicações na Amazônia, seja analisada de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, como exemplificadas a seguir.

a) Análise de Discurso

Do campo das ciências da linguagem, a contribuição teórico-metodológica da Análise do Discurso para a análise do material linguístico e imagético dá-se por investigar o processo de produção de sentidos do *discurso* (Pêcheux (1969,1975, 1983) e Orlandi (1983, 1990, 2001, 2004)).

Ao remeter a *discurso* exige-se considerar - em relação de indissociabilidade - a materialidade sob análise (a língua, a imagem) e a ampla exterioridade. Está, portanto, na constituição dos sentidos o histórico-político-ideológico, as chamadas condições de produção. Ou seja, o processo dos sentidos é configurado na relação das forças sociais, fortemente desiguais e em contínuo movimento. Com isso, a literalidade do sentido não é em si e para todos, mas é efeito, construção que resulta dos diversos embates sociais, na história, e, desse modo, se fixa enquanto sentido óbvio e único. Nos termos de Pêcheux (1997 [1975]), diferentemente do nível estritamente linguístico, “o discursivo só pode ser concebido como um processo social” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 179. Grifo nosso). Enquanto processo social, sua materialidade não resta sozinha, anulando os aspectos sócios históricos, mas carrega em si uma complexidade que é, ao mesmo tempo, histórica e diversa. Ou seja, não se prescinde da língua, mas também não se restringe às suas regras internas, o que “nos leva às fronteiras da língua e nos faz chegar à consideração da ordem simbólica, incluindo nela a história e a ideologia.” (ORLANDI, 2004, p. 46). Desse modo, a Análise do Discurso dimensiona a língua com a qual trabalha.

Quanto à imagem, aquilo que lhe é atribuído como realidade é tomado como “efeito de realidade”, “ilusão de uma só leitura, de um só sentido porque a imagem, por si só, diria tudo.” (MARIANI & MEDEIROS, 2011, p. 68). Da perspectiva discursiva, questiona-se o efeito de evidência da imagem colada a um referente específico, processo que foi forjado em um imaginário socialmente construído.

Assim, no processo de constituição dos sentidos interessam as posições ocupadas - por aqueles que dizem, que mostram - nas formações sociais. Mais que isso, interessam enquanto “lugares” que “estão representados nos processos discursivos em que são colocados

em jogo” (1993 [1969], p. 82), aquilo que faz com que possam se manifestar e faz com que *o que é dito e mostrado* resulte no sentido X, A, Z etc. Não se trata, pois, de realidade, mas de “representações imaginárias das diferentes instâncias do processo discursivo” (PÊCHEUX, *ibid.*, p. 85), possibilitadas em um dado contexto sócio-histórico-ideológico, em relação ao que já foi dito (o interdiscurso, a memória discursiva).

Em outros termos, a relação do sujeito com a língua e com a imagem realiza-se recortando (por identificação) das diferentes posições ideológicas uma rede de paráfrases, de já-ditos que autorizam pretensas formulações novas. Em suma, a produção - tanto a linguística quanto a imagética - será tomada em seu caráter simbólico, enquanto materialidade significativa, sujeita ao *discurso*, entendido como “efeitos de sentidos”, na complexa conjuntura amazônica referente às questões das mobilidades humanas, das violências e [da ausência] dos direitos humanos.

Diversas podem ser as posições ocupadas pelo sujeito ao dizer algo, ao registrar uma imagem. Nesse processo em que certos sentidos são (re)construídos, simultaneamente, há o que ficou sem dizer e sem mostrar, *necessariamente*. A título de exemplo do processo metodológico fundado nos pressupostos da Análise do Discurso, podem-se destacar algumas hipóteses de intervenção, na trajetória feita pelo analista, no material da pesquisa. O arquivo linguístico e imagético, constituído pelo conjunto de textos e imagens sobre os/dos migrantes e suas condições, consideradas em relação aos direitos humanos, será oriundo de espaços de natureza diversa. Haverá uma parte: a) institucional: textos e imagens produzidos por instituições governamentais (municipais e estaduais, internacionais) em que se concretizam as políticas públicas e se descrevem as ações pretendidas por essas instâncias; textos dos projetos político-pedagógicos e em outros materiais das escolas de fronteira e em algumas cidades da região norte do Brasil; textos dos registros de ocorrências e/ou de outra natureza, no âmbito das delegacias de polícia; dentre outros. b) e outra parte, não institucional: textos e imagens de divulgação, de propaganda, de movimentos sociais, textos e imagens que circulam em redes sociais, as correspondências pessoais, entrevistas, relatos, vídeos, dentre outros.

Em suma, considerando o arquivo construído pela totalidade do material textual e imagético da pesquisa, o arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso possibilita depreender determinados sentidos pela verificação de certas regularidades linguísticas e imagéticas e, ao mesmo tempo, se “mostrarão” ausências significativas no que se refere às mobilidades humanas na relação com as mais diversas violências que têm configurado essas mobilidades. Assim compreendida, a materialidade significativa que constitui o arquivo analisado, deixa entrever o funcionamento de marcas linguísticas e imagéticas (que podem ser

diversas e em diferentes níveis: lexical, sintático, fonológico etc.; a própria “escolha” da imagem, o ângulo considerado, os limites, o que não foi capturado etc.) trabalhando a construção de certa direção de sentido. Ou seja, no material a ser coletado, quais as escolhas de palavras que recaem como naturais sobre os migrantes e aquilo que lhes diz respeito? A que adjetivação se recorre para qualificá-los entre os demais? Que verbos comparecem e qual é seu funcionamento (voz ativa ou passiva, ocultação ou não do sujeito e sua posição na estrutura da oração) para circunscrever as atitudes que são imputadas aos migrantes em seu cotidiano? Esses sentidos se filiam a que memória do dizer sobre as mobilidades humanas, as violências e os direitos humanos?

Da perspectiva discursiva, permite-se indagar sobre o que no processo do dizer e do mostrar é silenciado (ORLANDI, 1992): quais palavras, que imagens carregadas de sentidos outros poderiam ser, mas não são ditas nem expostas? O que foi negligenciado para dar espaço a um lembrar específico? Que disputas aí se inscrevem? Diante disso, cumpre questionar o lugar e a prática efetiva dos direitos humanos no que se refere às mobilidades humanas marcadas por violências.

Esse procedimento metodológico problematiza o uso da linguagem, destaca a opacidade, seja nos textos, seja nas imagens que circulam na sociedade e possibilita a desnaturalização do sentido, que sobressai claro e preciso em detrimento de outros sentidos, ao remeter à dinâmica das mobilidades sociais na região Amazônica.

b) Análise de conteúdo da produção midiática

Primeiramente, serão realizados levantamentos (*online*) de produção midiática sobre temas relacionados à violência e direitos humanos nos principais jornais de circulação local nas regiões de fronteira e nas principais capitais amazônicas. Optamos em empreender o caminho de investigação pela via dos recursos digitais, por meio da versão *online* do jornal Folha de Boa Vista (RR), do Diário do Amapá (AP), O Liberal de Belém (PA), A Crítica de Manaus (AM), Rondonoticias, de Porto Velho (RO), no período de 2014 a 2017.

A representação da realidade de natureza discursiva e imagética ganha importantes proporções com as novas mídias, das quais destacamos: a facilidade da pesquisa de acesso a seus conteúdos, bem como um formato que permite a convergência de mídia, havendo a possibilidade de migração do conteúdo do site do jornal para as redes sociais, onde poderemos perceber a recepção de algumas mensagens a partir dos comentários dos usuários, ou seja, tendo ampliado o campo de apreensão do ciclo de representações.

Para elaborar os passos da pesquisa é importante destacar como estratégia teórico-metodológica a centralidade do conceito de Representação Social para os estudos da comunicação. O conceito de representação social, por sua perspectiva transdisciplinar, auxilia a refletir o papel e o alcance dos meios de comunicação, em especial, a atuação das novas mídias, como espaço de narratividades sobre uma série de fenômenos, a exemplo dos deslocamentos e das dinâmicas estabelecidas em fronteiras físicas e simbólicas. A relação entre o indivíduo e a sociedade é mediada por representações, e a mídia tem se configurando um espaço exponencialmente marcante de estruturação da realidade social. O foco dos estudos são as situações de cidadania, violência e direitos humanos nas fronteiras amazônicas. Na impossibilidade de tomarmos parte sobre a trama infinda de situações nesse contexto, uma lente privilegiada para observar os diferentes aspectos que cercam essa tríade, é a própria condição de visibilidade trazida pela mídia e a estreita relação desta com a sociedade. A mídia ocupa uma centralidade na oferta de diversos acontecimentos transformados cotidianamente em fatos noticiosos.

Todavia, a multiplicidade nas formas de pensar e de representar alguns fenômenos sociais vem imprimindo um novo desenho, não único, mas complexo, considerando notadamente as possibilidades tecnológicas no campo das comunicações. Os novos formatos não evidenciam apenas a produção de conteúdos, mas criam um lugar de convergência e de interatividade muito propícios à produção de sentidos. Esse conceito, herdeiro da Sociologia de Durkheim, desenvolve-se na Psicologia Social de Moscovici, assumindo uma característica dinâmica. Conforme destaca Morigi (2004, p. 4), “nos contextos das sociedades industriais e das pós-industriais, as representações sociais assumem um caráter móvel, plástico e circulante. Ao mesmo tempo em que elas surgem, podem desaparecer”. O autor utiliza-se do pensamento de (Moscovici *apud* Morigi, 2004, p.5) para realçar as aproximações entre comunicação e representação social nos processos de mudanças na vida cotidiana. As representações sociais são “[. . .] fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto realidade quanto senso comum.” A abordagem da pesquisa, apoiada prioritariamente na Análise de Conteúdo (AC), receberá tratamento quantitativo e qualitativo, numa combinação de estatísticas e análises. A técnica da análise de conteúdo, com base em Bardin (2009), se aplica como um recorrente instrumento de análise das comunicações, pela sistematização de pontos norteadores da pesquisa, na perspectiva de um desvendar crítico.

Por isso, torna-se um instrumento metodológico ajustável e aperfeiçoado à situação em que se deseja investigar. E seu desenvolvimento metodológico, a pesquisa poderá abordar

desde a contextualização histórica do fenômeno de migração e de fronteiras, bem como a trajetória do veículo de comunicação e suas transformações tecnológicas; a realização e análise de algumas entrevistas que auxiliem a compreender o problema da representação social por meio da comunicação; bem como, a organização, categorização e inferência dos dados. A ideia é aliar uma descrição objetiva das notícias sobre o tema com a análise de significados atribuídos a elas, provocando um ambiente de interpretações acerca do papel e alcance dos meios de comunicação, por meio da mídia digital, na representação da sociedade.

Serão desenvolvidas, ainda, análises iconológicas de imagens fotográficas nos livros e nos materiais de propaganda, divulgação e jornais, através das séries conexas, descrevendo-as, classificando-as e interpretando-as iconograficamente. No estudo historiográfico, a imagem fotográfica tem que se formar em documento, portanto devemos convertê-la em texto e, posteriormente analisar a imagem procurando saber quem a produziu, que condições técnicas utilizou, quando a imagem foi produzida - período, qual a intenção em bater a fotografia, a quem quis atender, qual o momento, o que está no fundo - e que reflexões fazemos ao analisarmos a representação fotográfica com relação a uma posição sociocultural e política.

Panofsky (1940) vem romper com a visão mais analítica da interpretação da imagem trazendo o social para a produção da imagem e afirmando ser a arte o instrumento para a composição da história humana, vem trabalhar com uma análise combinatória entre tempo e espaço sem a preocupação com a origem. Verificamos que uma obra de arte, uma imagem fotográfica tem credibilidade na sua constituição estética, na arte pela arte e como também, tem sido usada como prova definitiva, testemunho de verdades, pois, registra aspectos do real acontecido podendo ser utilizada para diversos fins.

Kossoy (2000) preocupa-se com a manipulação de imagens, por pessoas sem preparo e conhecimento, sem o uso de critérios de criticidade para a elaboração, a partir da imagem, de um documento. Imagens consideradas como fontes históricas e que pode e deve ser trabalhada de forma multidisciplinar, partindo de diferentes vertentes históricas como também da própria história da fotografia.

c) Pesquisa de campo, observação participante e pesquisa-ação

A pesquisa de campo será realizada nas cidades fronteiriças de Roraima: Pacaraima e Bonfim; Acre: Brasiléia e Assis Brasil; Amazonas: Tabatinga; Rondônia: Costa Marques e Guajará Mirim; e nas capitais: Boa Vista, Manaus, Macapá, Porto Velho, Belém. Propõe-se

aqui fazer uso, da observação com registros audiovisuais (áudio, fotografia e filmagem). Como primeiro passo, utilizaremos a técnica de *flaneurie*, o caminhar pelas cidades, lugares e espaços urbanos buscando olhar e analisar a realidade pelo método fragmentário-microscópico (BENJAMIN, 2000) e garantir maior objetividade e rigor crítico, mas sem prescindir do “olhar poético” das cidades e espaços sociais, laborais e de moradia nas cidades fronteiriças e em capitais amazônicas. O *flaneurie* tem o objetivo de “fotografar” e assinalar os espaços de moradia, de trabalho e de lazer dos migrantes. Posteriormente, essas informações serão agregadas com outros para elaborar a cartografia social.

Ainda na pesquisa de campo serão realizadas entrevistas abertas e/ou semiestruturadas. Essas entrevistas serão registradas audiovisualmente (quando consentido) com os atores da pesquisa (migrantes regionais, internacionais, indígenas urbanos) com a finalidade de identificar as trajetórias e redes migratórias. O procedimento utilizado nas entrevistas será o de *trajetória de vida*, baseado no pensamento de Bourdieu (1996), à medida que a constituição das trajetórias de vida visa apreender a forma de construção das representações simbólicas no espaço cotidiano da vida privada e pública dos atores sociais na transfronteira e nos centros urbanos. Como fonte de dados qualitativos, buscar-se-á identificar as correspondências (digitais ou não) dos migrantes com seus amigos e familiares, uso das redes sociais, entre outros. Serão realizadas, também, entrevistas semidirigidas com atores governamentais das três esferas (municipal, estadual e federal), agentes sociais, representantes e lideranças de movimentos sociais. O primeiro momento das entrevistas é a elaboração de um roteiro, tendo claro quem será entrevistado; o segundo será a aplicação das entrevistas, previamente agendadas. No momento da entrevista, é possível relacionar o que está sendo perguntado com as reações do entrevistado. Assim, o momento da entrevista apresenta informações de natureza verbal que deverá ser anotado no diário de campo. Segundo Manzini (*online, s/p*)

Durante a entrevista, estão presentes os dados de natureza observacional. É comum no momento da transcrição representar mais uma experiência para o pesquisador e se constitui em uma pré-análise do material. Dessa forma, principalmente nas entrevistas dos tipos semiestruturada e não-estruturada, que são as entrevistas passíveis de serem transcritas, é conveniente que essa atividade seja realizada pelo próprio pesquisador. Durante a entrevista, estão presentes os dados de natureza observacional. É comum encontrar relatos de pesquisadores que vivenciaram uma interrupção durante a entrevista em curso: repentinamente alguém entrou na sala, percebeu a situação e logo saiu; alguém que passou, acenou através de uma porta de vidro transparente, são exemplos de dados observacionais momentâneos à entrevista.

Todas as entrevistas serão transcritas e organizadas conforme as normas da ABNT e atuando de acordo com a Resolução 510/2016 que trata das pesquisas realizadas nas Ciências Humanas e Sociais. Sempre que possível, as mesmas serão submetidas novamente aos interlocutores da pesquisa para revisão. O projeto será submetido ao Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

d) Cartografia social

Será criada uma base cartográfica a partir da utilização do processamento de imagens de sensores remotos, para em seguida elaborar o tratamento das informações coletadas na pesquisa de campo, documental e bibliográfica e, assim, elaborar mapas das rotas de deslocamento dos camponeses, extrativistas, seringueiros, garimpeiros, trabalhadores rurais, indígenas para as cidades; da ocupação de moradias nos espaços urbanos, das espacialidades laborais e de sociabilidades nas capitais amazônicas e zonas fronteiriças.

Criação do Banco de dados

A criação do banco de dados será realizada conforme o andamento dos objetivos, que necessitam da coleta e sistematização das informações. Os dados serão classificados conforme a escala de cada conjunto de informações. Deverão constar nos bancos de dados planilhas, tabelas e gráficos para todos os temas que necessitem da demonstração matemática e estatística.

As informações primárias (coletas diretas em campo) consistirão em identificação, coordenadas geográficas e os dados relativos à temática. Os dados serão tabulados em Plataforma digital (Planilha Excel) e/ou em formato Access (Microsoft) e posteriormente serão transformados em gráficos e tabelas. Após essa etapa, tais informações serão exportadas para ambiente de Sistemas de Informações Geográficas – SIG e espacializadas em formas de mapas convencionais e geoestatísticos.

As informações secundárias (Censo Demográfico – IBGE, PNAD, Censo Escolar, SIM/Datasus, Sinesp, dentre outros) serão obtidas em forma digital ou analógica (sites e sedes institucionais) por meio de convênio e/ou parcerias. A tabulação ocorrerá conforme as escalas e as temáticas de cada conjunto de informações, ou seja, a espacialização seguirá o mesmo princípio, limitando-se à escala de cada informação. Serão utilizadas escalas locais, regionais e globais, atendendo as unidades territoriais enquanto cidades, municípios, estados e países.

O formato do banco de dados geográfico será o *Geodatabase*, do *software ARCGis*, com arquivos do tipo *Shapefile*. A criação e edição deste tipo de arquivo possibilita a análise

em outros tipos de SIG's, não necessitando de apenas um tipo de programa para análise. As ferramentas utilizadas que o ARCGis compõe, como as criações e edições do banco de dados, análise geoestatística e *layout* dos mapas já estão inseridas na plataforma digital, necessitando apenas da inserção das informações.

PRINCIPAIS RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

Espera-se que os resultados dessa pesquisa subsidiem as ações dos governos municipais e estaduais, bem como dos governos nacionais na regulamentação e estabelecimento de políticas públicas para os migrantes transfronteiriços, considerando a especificidade local de cada região;

Espera-se que os resultados dessa pesquisa subsidiem as ações dos governos municipais e estaduais, bem como dos governos nacionais na regulamentação e estabelecimento de políticas públicas e ações de combate a todas as formas de racismo e violência;

Espera-se contribuir para a elaboração de políticas públicas e tomadas de decisões concernentes ao desenvolvimento urbano das cidades fronteiriças, levando em consideração o perfil das populações locais;

Espera-se subsidiar as organizações de defesa dos Direitos Humanos e entidades de apoio aos migrantes, aos indígenas, entre outros, na preparação de reivindicações e intervenções junto aos parlamentos visando a desconstrução da discriminação e das desigualdades étnico-raciais, de gênero, origem nacional;

Espera-se, criar em uma das universidades da Amazônia o *Observatório de Mobilidades Humanas, Violências e Direitos Humanos* que funcione também em redes;

Espera-se criar um banco de dados sobre Migração, Violência e Direitos Humanos, integrado às Universidades parceiras nessa pesquisa;

Espera-se subsidiar as Universidades no fomento ao desenvolvimento de projetos de extensão visando a intervenção na realidade e possibilitando acordos e ação coletiva entre universidade e população local, no que se refere ao tema do projeto;

Espera-se fortalecer os grupos de pesquisa da região amazônica que tenham como central a temática/objeto de pesquisa, em articulação com os grupos em outras regiões do Brasil e de outros países;

Fortalecer os programas de pós-graduação nas Universidades Amazônicas, parceiras no projeto da pesquisa, por meio dos intercâmbios e mobilidade docentes e discentes entre as universidades regionais e internacionais parceiras no projeto;

Ampliar o número de estudantes de graduação e de pós-graduação nas universidades públicas na Amazônia pesquisando a temática migração, violência e direitos humanos;

Possibilitar o intercâmbio e mobilidade de alunos e professores nos cursos de graduação e programas e pós-graduação nas universidades parceiras em outras regiões do Brasil e dos outros países: Espanha, Portugal, Venezuela e México;

Pretende-se publicar, pelo menos, 02 (duas) coletâneas (livros) com os resultados da pesquisa contribuindo para a divulgação e socialização dos resultados da pesquisa junto à sociedade;

Organizar e publicar, pelo menos, 04 (quatro) artigos em periódicos nacionais e/ou internacionais com os resultados da pesquisa;

Participação dos membros para apresentação de trabalhos em, pelo menos, 03 congressos nacionais e 02 internacionais;

Produzir um vídeo documentário/etnográfico com os resultados da pesquisa;

Produzir acervo fotográfico e curta-metragem sobre a dinâmica intraurbana e migratória das cidades fronteiriças e capitais amazônicas;

Executar projeto piloto de capacitação de jovens e gestores escolares para a promoção e participação ativa na defesa dos valores e princípios dos Direitos Humanos, em pelo menos, 02 escolas em região de fronteira e 01 (uma) em uma das capitais amazônicas;

Produzir uma ampla cartografia das cidades fronteiriças com as espacialidades e lugares de moradia, trabalho e sociabilidades dos migrantes;

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A SITUAÇÃO ATUAL E A PRETENDIDA

A Amazônia cobre 59% do território brasileiro (5 milhões de quilômetros quadrados), é composta por nove estados (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e por 773 municípios (Tabela). Essa região possui cerca de 24 milhões de habitantes (13% da população nacional) e uma baixa densidade demográfica (4,8 habitantes por quilômetro quadrado) em relação à média brasileira (22,4). Embora a maioria da população amazônica se concentre em áreas urbanas (72%), a região resguarda uma das maiores diversidades étnicas e culturais do mundo: são mais de 170 povos indígenas com uma população estimada em cerca de 400 mil pessoas (IBGE, 2010). A riqueza da Amazônia expressa pelo PIB atingiu cerca de R\$ 347 bilhões (US\$ 208 bilhões)[em 2011, os quais representam apenas 8% do PIB do Brasil. Em 2011, o PIB per capita anual da região foi R\$ 14 mil (US\$ 8 mil/ano), praticamente a metade do PIB per capita do País e comparável ao da África do Sul (FMI, 2013). Há variações importantes no PIB da região. Por exemplo, o PIB per capita de Mato Grosso é maior que a média nacional, enquanto o Maranhão apresenta o segundo pior PIB per capita do Brasil, atrás apenas do Piauí.

A Amazônia cobre 59% do território brasileiro (5 milhões de quilômetros quadrados), é composta por nove estados (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). A Amazônia constitui a maior floresta tropical do planeta e, desta área 60% pertence ao Brasil. A ocupação do Território Amazônico triplicou

entre os anos de 1970 e 2000, passando de 7,3 milhões para 21 milhões de habitantes, destes 70% situam-se nas cidades, segundo o censo realizado no ano 2000. Já o Censo Demográfico de 2010, aponta para 25.474.365 habitantes vivendo nos Estados da Amazônia Legal. Ao mesmo tempo em que as maiores taxas de crescimento populacional foram apresentadas pela região Norte, em torno de 2,09% em média, as regiões Norte e Centro-oeste continuam sendo as regiões menos populosas do País.

Segundo o IBGE (2010), a migração para região e maior taxa de fecundidade foram os elementos que fizeram a região Norte crescer mais. Destacam-se os Estados de Amapá e Roraima, com crescimento médio de 3,45% e 3,34%, respectivamente. Entre os Estados da Amazônia Legal, o Pará é o mais populoso, atingindo a marca de 7,5 milhões de habitantes e Roraima, o menos populoso com 450.479 mil habitantes (ISA, 2011, Disponível em <https://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=101220>). Do total da população da região Norte um quarto vive na zona rural. Maranhão e Pará apresentam índices de urbanização abaixo de 70%, sendo os Estados mais rurais do país, junto com Piauí. No entanto, o que caracteriza a Amazônia atual são as altas taxas de urbanização, principalmente nos municípios de médio e grande porte e nas metrópoles. Esses, por sua vez passam a ser produtores e reprodutores de um intenso processo de precarização das condições de vida, do crescente desemprego e informalidade, de violência, de espaço (ROLIM, 2015).

De acordo com Santos et al (2014), nos estados amazônicos ocorrem os piores índices de qualidade de vida. O relatório “Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira - IPS Amazônia”, publicado em 2014 demonstra que as populações desta região enfrentam enormes deficiências em quase todos os componentes do progresso social: há dificuldades dramáticas de acesso à água limpa e saneamento básico; problemas na qualidade da educação básica; informação e meios de comunicação deficientes; e a maioria ainda tem pouca oportunidade de chegar ao ensino superior. Além disso, o cidadão da Amazônia enfrenta restrições importantes de direitos individuais e de liberdade de escolha, principalmente por causa das dificuldades de mobilidade nas cidades, gravidez precoce na infância e adolescência e violência generalizada, que afeta especialmente os jovens. A realidade social de 772 municípios e dos nove estados que compõem a Amazônia brasileira é dramática. Quase 98,5% dos municípios amazônicos têm uma pontuação de progresso social inferior à média nacional. E, o Brasil ocupa somente a 46ª posição de progresso social entre os 132 países no mundo (SANTOS, et. al, 2014, p.5)

Na Amazônia ainda há taxas de violência e doenças muito graves e precariedade em serviços básicos. Contudo, constatou-se que a pobreza extrema diminuiu com a inserção de

1,9 milhão de famílias no programa Bolsa Família e aumento na taxa de frequência escolar. Mas o que ainda se pode constatar é que a riqueza gerada na região não está sendo revestida em capital social (ROLIM, 2015). Segundo Silva (2010), a pobreza no Brasil decorre, em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração de renda. Essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda no mundo apesar do declínio que vem registrando.

Por um lado, a Amazônia apresenta uma das maiores biodiversidade do mundo e uma diversidade cultural singular, por outro, observa-se o empobrecimento da população em meio a riquezas naturais da região, destacando-se a chamada questão social. Na Amazônia a população possui níveis de pobreza elevada e qualidade de vida muito baixo, decorrentes, em parte, da concentração de renda que reproduz as desigualdades em todo o país, com agravantes para a região Norte e Nordeste.

Essa desigualdade não se manifesta apenas nos índices e realidades socioculturais, mas, também em âmbito da ciência e tecnologia. Nunes, et al (2008, p.), afirma que “as cinco Regiões Brasileiras são marcadas por desigualdades tanto na organização do espaço como na distribuição dos recursos. A concentração do potencial socioeconômico está no eixo Sul-Sudeste, enquanto Nordeste, Centro-Oeste e Norte sobrevivem às dificuldades (TRIGUEIRO, 2001).” O desenvolvimento sustentável é um processo que deve contar com uma base técnico-científica, porém a falta de incentivos para a formação desta torna-se prejudicial à organização da ciência e tecnologia na Região Norte.

Para Weigel (2001), o modelo de um desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira requer a realização de pesquisas científicas que promovam as mudanças necessárias ao estabelecimento das inovações tecnológicas. Para isso é fundamental que a política de Ciência e Tecnologia e inovação (C,T &I) conceba as diferenças e desigualdades regionais com o intuito de superara-las, à medida que a maior parte do conhecimento produzido sobre a Amazônia não é produzida na região. No entanto, os baixos investimentos se fazem notar quando se comparam dados como distribuição dos grupos de pesquisa, pesquisadores, número de mestres e doutores e programas de pós-graduação, entre as regiões brasileiras (NUNES, et al, 2008).

Para Oliveira (2013), é no interior do Sistema Nacional de Pós-Graduação que, basicamente, ocorre a atividade da pesquisa científica e tecnológica brasileira. Os programas de pós-graduação foram incrementados nos últimos anos, principalmente na região Norte que registrou maior crescimento (329,03%), seguida pela região Centro-Oeste (162,03%). No entanto, segue a alta concentração de oferta de programas na região Sudeste, tanto em 2000

como em 2010, seguida pela região Sul. Enquanto o Sudeste contava com 1381 cursos de pós-graduação, em 2010, a região Norte contava apenas com 133 o menor dentre todas as regiões do país. Acima da região Norte está a região Centro Oeste (207), Nordeste (535) e Sul (584) (OLIVEIRA, 2013, p.330). Segundo Moser e Theis (2014), os dispêndios com pós-graduação na Região Norte, em 2010, permanecem comparativamente mais baixos do que nas demais regiões, a despeito do elevado crescimento na última década. Entre 2000 e 2009 o Brasil aumentou o número de publicações em periódicos indexados em 205% alcançando o 13º lugar no ranking mundial de produção científica e passando a responder por 2,69% (CAPES, 2011), apesar dos incipientes investimentos em pesquisa e desenvolvimento que, em 2010, correspondeu a apenas 1,2% do PIB, ainda muito atrás de países como a China, Coreia do Sul e Japão, que investem até 3% dos seus PIB's em C&T.

Esse quadro de pequenas melhorias nas condições sociais, ambientais e tecnológicas ainda não está consolidado e deixa a Amazônia ainda em situação de vulnerabilidade, uma vez que as desigualdades seguem sendo exorbitantes. Só para citar um dado, a renda per capita média na região é 26% inferior à média nacional, demonstrando uma economia incipiente e frágil quando comparada ao restante do Brasil, mesmo com os recursos naturais e serviços ambientais inestimáveis.

Segundo Moser e Theis (2014, p. 193) “as desigualdades socioespaciais são uma das principais características do desenvolvimento brasileiro no período recente. Tanto o desenvolvimento científico e tecnológico como o desenvolvimento econômico e social, a rigor, indissociáveis entre si, têm obedecido a uma dinâmica excludente”.

Ainda, para esses autores, o desenvolvimento brasileiro assenta-se em uma dinâmica excludente em termos socioeconômicos e, conseqüentemente no aumento das desigualdades no território, favorecido pelo desenvolvimento científico e tecnológico, em decorrência do maior volume de investimentos em C&T no Sudeste/Sul, onde as forças produtivas estão mais desenvolvidas (MOSER e THEIS, 2014, p.187).

Ao mesmo tempo em que essas desigualdades, tanto econômicas quanto científica e tecnológica parecem cada vez mais infinitas, compartilhamos com ROLIM (2015) as pesquisas científicas e tecnológicas são indispensáveis, quando se pensa em sustentabilidade, quando se pensa a Amazônia. Portanto, cabe aos cientistas brasileiros gerar subsídios para as estratégias políticas que visem o reconhecimento e a importância social, econômica, cultural, ambiental e científica da Região e, conseqüentemente, a redução das desigualdades sociais, da exclusão social e da violência. Esse é resultado que esperamos alcançar, mesmo que minimamente, com a execução do referido projeto que abrangerá algumas cidades fronteiriças

e capitais amazônicas, principalmente porque consideramos que as dificuldades que enfrentadas para a produção do conhecimento sobre e na Amazônia não deve ser objeto apenas de pesquisadores da região. Acreditamos que uma pesquisa desenvolvida por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento das universidades de Roraima (UFRR), do Amazonas (UFAM), do Amapá (UFAP), de Rondônia (UNIR), do Pará (UFPA), somadas as universidades de Goiás (UFG) e Paraíba (UEPB) e ao aporte e experiência de pesquisadores da Colômbia (Universidad Simon Bolívar), México (Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca), Portugal (ILA), Espanha (Universidad de Huelva) é inovadora e ao mesmo tempo desafiadora. O desafio é o que tem motivado esses pesquisadores, considerados de universidades periféricas, para a árdua e hercúlea tarefa de produzir conhecimento inovador nas condições estruturais e bastante desiguais com as de outras regiões. Se, aqui, por um lado, muitas vezes o acesso à internet, aos laboratórios, à participação em congressos devido às longas distâncias e, conseqüentemente, aos altos valores para o deslocamento são comuns, por outro, essas dificuldades nos tornam criativos para lidar com as questões mais básicas de formar e qualificar profissionais para a região, produzir conhecimento e contribuir para a transformação das condições atuais na Amazônia.

Nesse sentido, temos certeza que essa pesquisa de caráter multidisciplinar e de colaboração interinstitucional nacional e internacional fortalecerá não apenas os programas de pós-graduação, alguns grupos de pesquisa e a atuação em rede, mas consolidará o desenvolvimento científico na região, que, entre outras coisas, cooperará para a sustentabilidade regional.

DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA E APOIO TÉCNICO

Na Universidade Federal de Roraima (UFRR), campus do Paricarana (Boa Vista-RR), encontra-se a disposição do referido projeto o edifício do Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais, que conta com salas equipadas para coordenação e administração, laboratório de Informática que são salas com computadores para estudantes; salas para reuniões dotadas de mesas, cadeiras e datashow e onde já funciona o GEIFRON- Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras com dois bolsistas que proporcionam o apoio técnico. Ainda na UFRR, teremos a disposição a estrutura do laboratório HIDROs que conta com *plottler* para a elaboração de mapas, salas de estudos e para pesquisadores; o Centro de Ciências Humanas (CCH) que conta com auditórios com capacidade para 150 pessoas, ademais de salas para professores visitantes e/ou alunos de intercâmbio; Geografia/Psicologia/

Pedagogia/Medi. Ademais, dessa infraestrutura específica, toda a estrutura da UFRR (laboratórios, bibliotecas, restaurantes, entre outros) estará à disposição da equipe local, nacional e internacional.

Na Universidade Federal de Pará (UFPA), campus Cidade Universitária Prof. José Silveira Netto, encontra-se a disposição do referido projeto do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), que conta com salas equipadas, laboratório de Informática que são salas com computadores para estudantes; salas para reuniões dotadas de mesas, cadeiras e Datashow e onde já funciona o GESPLAM- Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão, Planejamento e Democratização na Amazônia e PUPDH- Programa Universidade Popular em direitos Humanos com dois bolsistas que proporcionam o apoio técnico. Ademais da infraestrutura específica, todas as demais estruturas física e administrativa do ICSA e UFPA (laboratórios, bibliotecas, restaurantes, Laboratório de apoio jurídico, sala de conferência à distância) estarão à disposição da equipe local, nacional e internacional. Ainda na UFPA, o espaço do NOSMULHERES. Pela Equidade de gênero etnicorracial disponibilizará 04 computadores e 01 impressora com acesso para agendamento de auditórios para reuniões no campus Guamá da Universidade Federal do Pará. E conta com estudantes de graduação e de iniciação científica que vão colaborar na pesquisa, a participação de pós-graduandos na área dos Direitos Humanos onde também sou vinculada. Para o desdobramento da pesquisa, o projeto pode contar ainda com a possibilidade de organização de workshop com especialistas voltados a temática central do projeto com parcerias com a Pós-graduação em sociologia e antropologia - PPGSA.

Na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), campus Marco Zero, encontra-se a disposição do referido projeto no Bloco do Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais, que conta com salas (04) equipadas para coordenação e administração, laboratório de Informática que são salas com computadores para estudantes; salas para reuniões dotadas de mesas cadeiras e data show e onde já funcionam vários grupos de pesquisas envolvendo professores e alunos de Ciências Sociais, além disso, contamos com gravadores para entrevista, GPS e filmadora. Também temos o programa de mestrado em desenvolvimento regional da UNIFAP, que pode contribuir diretamente com esse este projeto de pesquisa, possibilitando atividades conjuntas de pesquisa e as Parceiras internacionais: Programme de recherche présenté dans le cadre du FEDER parl’; UNIVERSITE DES ANTILLES ET DE LA GUYANE – POLE DE GUYANE; Centre de Recherche Interdisciplinaire en Lettres, Langues, Arts et Sciences Humaines - CRILLASH - EA 4095).

Na Universidade Federal de Goiás (UFG), Campus Samambaia, encontra-se à disposição do referido projeto o edifício do Núcleo Takinahaky de Formação de Professores Indígenas, que conta com salas equipadas para aulas, laboratório de informática com computadores; salas para reuniões dotadas de mesas, cadeiras e projetores e onde funciona o “Coletivo Rosa Parks: estudos e pesquisas sobre raça, etnia, gênero, sexualidade e interseccionalidades”. Este grupo de estudos e pesquisas conta com vinte pesquisadoras graduadas, mestrandas, mestres, doutorandas e professoras pesquisadoras da UFG que podem atuar como suporte. Ainda na UFG contaremos o apoio e a infraestrutura do Núcleo de Direitos Humanos, onde funciona o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (PPIDH) e que conta com secretaria habilitada a reservar auditórios, bibliotecas, laboratórios e salas de aulas e reuniões no âmbito de toda a UFG para que a equipe do projeto possa utilizar. A UFG conta também com o Campus 1 onde se localiza a Faculdade de Educação. Ali está o Núcleo de Estudos Afrodescendente e Indígena/NEADI. Nesta faculdade temos um Auditório para 300 pessoas e um mini auditório para 70 pessoas. Também, podemos contar com as dependências do Museu Antropológico, que também dispõe de um mini auditório (50 pessoas). São espaços os quais se necessário para algum evento podem ser solicitados. Nós que compomos o NEADI dispomos de infraestrutura básica (armários, computador e impressora) e uma monitora/bolsista.

Na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), o projeto poderá contar com a infraestrutura do Observatório das Migrações em Rondônia – OBMIRO, e do Departamento de Educação do Campo no Campus de Rolim de Moura que conta com alguns projetos de pesquisa em migrações e fronteiras. A estrutura física conta com salas equipadas com computadores, filmadoras, impressoras e material de expediente que poderá vir a ser solicitado e colocado à disposição do projeto.

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) disponibilizará toda a estrutura do Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia – GEMA que dispõe de uma sala com 3 computadores, uma impressora, um projetor, 2 câmeras fotográfica, 1 filmadora, mesas e cadeiras. A estrutura física e de recursos humanos do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS).

Na Espanha, o Centro de Estudios Migratórios (CIM) funciona na Faculdade de Humanidades da Universidad de Huelva, campus Carmen, Huelva-Espanha. O edifício conta com salas de professores e pesquisadores visitantes, sala para reuniões, secretaria com um técnico-administrativo que está a disposição do CIM e do Master em Género, Identidad y

Ciudadanía. Todas as salas de pesquisadores têm computadores, estantes, telefones. Há uma sala de serviços gerais com máquina de xerox.

Em Portugal, o Centro de Estudos Sociais do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL) disponibiliza sua biblioteca e base de dados com acesso a periódicos internacionais, um local de trabalho para professores e alunos visitantes, salas de reuniões e também auditórios onde podem ser realizados seminários ou conferências.

En la Universidad Central de Venezuela (UCV) funciona desde el año 2000 la Línea de Investigación: MIGRACIONES Y FRONTERAS, adscrita a la Coordinación de Investigación de la Escuela de Sociología. Está a cargo de la profesora Elizabeth Zamora Cardozo. La Escuela dispone de espacios para el desarrollo de las actividades de investigación. Cuenta con una amplia sala de Computación dotada de varios equipos. También una sala condicionada para realizar conferencias presenciales y virtuales. Sala para reuniones. Teléfonos e impresoras. La profesora Elizabeth Zamora Cardozo desde el año 2000 ha estado impartiendo talleres y materias optativas dirigidas al tema de Migraciones y fronteras, razón por la cual tenemos a varios estudiantes de pre-grado y postgrado interesados en la temática.

En la Universidad de Los Andes-Venezuela (ULA), Núcleo Táchira, funciona el Grupos de Estudio: Cultura y Territorio, reconocido por el Consejo de Desarrollo, Científico, Humanístico, Tecnológico y de las Artes (CDCHTA) Universidad de Los Andes. 02/07 / 2015. Código: ZG-ECT-NUTA-01-15-09 y está coordinado por el profesor investigador Mario Valero Martínez. Las experiencias de investigación giran en torno al entretejimiento entre cultura-territorio en sus múltiples escalas y dimensiones, partiendo esencialmente de los escenarios paisajísticos y fronterizos venezolanos y tiene en sus líneas de investigación el estudio de las migraciones, así como la gestión territorial. Se cuenta con un aula con la infraestructura básica para la elaboración de foros y talleres con capacidad para 25 participantes; también se tiene conexión con el Laboratorio de Geografía y su infraestructura en Sistemas de Información Geográfica.

Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca (UABJO) – México. La Universidad pone a su disposición el edificio DOIA, recinto destinado a la formación de posgrado y a la investigación. Se dispone de sala de informática equipada con varios equipos, plotter, impresoras, teléfono, proyector y cámaras web. Además se cuenta con salas de reuniones, salas de trabajo para los investigadores, auditorio y biblioteca. Se ofrece acceso a las bases de datos de revistas indexadas internacionales. Se dispone de varios programas informáticos relacionados con el proyecto, como QGIS y SPSS. Los profesores Daniel

Barrera-Fernández y Marco Hernández-Escampa cuentan con varios estudiantes de grado y posgrado interesados en realizar sus tesis con la temática del proyecto.

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A Universidade Estadual da Paraíba disponibilizará a estrutura física para os pesquisadores do referido projeto e consiste em 01 (um) laboratório do curso de Relações Internacionais, os equipamentos de informática, internet de alta resolução, estrutura para vídeo conferência, móveis e apoio de secretaria, bem como do Grupo de Pesquisa “O Brasil no Conselho de Segurança da ONU”, Grupo de Estudos em Relações Internacionais.

En La Universidad Simón Bolívar, de Barranquilla, Colombia, Universidad creditada de alta calidad. funciona desde el Centro de Investigación e Innovación en Ciencias Sociales. El Grupo de Investigación Estudios de Género, Familia y Sociedad, categorizado en el escalafón A por COLCIENCIAS, La línea de Investigación Estudios de Fronteras, con enfoque de género. A cargo de la Dra María Nohemí González. La Universidad Simón Bolívar, Coordina a su vez, La RED- HILA. Red Iberoamericana de Ciencias Sociales con enfoque de género avalada por la AUIP, Aula Iberoamericana de Posgrado. Red de investigación que cuenta con 29 Universidades miembros y 72 investigadores/as expertos es Estudios de Género y en la cual se trabaja la Línea de Estudios migratorios a ambas orillas del Atlántico, contado con 4 doctoras y 6 doctorandas en la línea de producción científica. La red cuenta con 7 libros resultado de investigación y generación de contenidos multimedia.

La Universidad Simón Bolívar dispone de un Centro especializado en Investigación e Innovación Social, el cual está dotada para investigaciones de alto impacto y con experiencia es proyectos internacionales y de Estudios comparados. La Universidad se encuentra ubicada en dos sedes nacionales, fronteriza, lo que ha permitido obtener una trayectoria en tema como Migración y Derechos Humanos, Refugiados en área de frontera por el conflicto colombiano, Estudios comparados en áreas de frontera con la situación Venezuela-Colombia.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	1º.Sem	2º.Sem	1º.Sem	2º. Sem	1º. Sem	2º.Sem
O primeiro ano do projeto consistirá em estabelecer as condições para o funcionamento de redes de contato de toda a equipe do projeto, por meio de <i>whatsapp, email, facebook, google docs</i> , entre outros, como forma de apresentação do projeto, distribuição e acompanhamento de tarefas fundamentais ao desenvolvimento da pesquisa. Ainda, nesta etapa, será realizada a sensibilização dos órgãos governamentais, entidades,	xxxxx	xxxxx				

organizações não governamentais e sociedade civil organizada para os objetivos do projeto, por meio de contatos institucionais. Essa fase será de responsabilidade dos coordenadores, mas contará com o envolvimento de toda a equipe.						
Esta etapa se desenvolverá ao longo de todo o projeto. Inicialmente, será feito o levantamento bibliográfico (material e digitalizado) com o objetivo de organizar as informações em uma Base de Dados Referencial (dados bibliográficos); documentos históricos, registros oficiais e censitários em órgãos públicos, organismos internacionais e entidades não governamentais; informações e dados sobre as políticas públicas em nível estadual e municipal. Essas atividades serão desenvolvidas pelos pesquisadores e colaboradores das diversas instituições nacionais e internacionais, principalmente os colaboradores (alunos de graduação (IC); alunos de doutorado (Atração de jovens talentos; Doutorado sanduiche e o especialista em construção de banco de dados e será supervisionada pelos coordenadores das instituições coordenadoras;	XXXXX	XXXXX	XXXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX
Simultaneamente serão feitos levantamentos (<i>online</i>) de produção midiática sobre temas relacionados à violência e direitos humanos nos jornais <i>online</i> : o jornal Folha de Boa Vista (RR), do Diário do Amapá (AP), O Liberal, de Belém (PA), A Crítica, de Manaus (AM), Rondonotícias, de Porto Velho (RO). Também será feito o levantamento dos projetos políticos pedagógicos das escolas dos estados envolvidos e outros materiais didáticos, das imagens fotográficas nos livros e nos materiais de propaganda, de divulgação e em jornais. Essas atividades serão executadas pelos colaboradores.	XXXXX	XXXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX
Em outra etapa, será realizado o trabalho de campo, ou seja, a observação e registro de campo; o <i>flaneurie</i> pelas cidades e espaços urbanos, mapeamento dos lugares com o intuito de construir as bases de dados e informações para a cartografia social.		XXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX	
Após a coleta de parte do material, será iniciada a organização e construção do banco de dados de gestão e integração da informação. Essa atividade será coordenada pelos pesquisadores de geoprocessamento da informação, geógrafos e outros capacitados para a tarefa.		XXXXXX	XXXXXX	XXXXX	XXXX	XXXXX
Em certos momentos, serão feitas as entrevistas abertas e/ou semiestruturadas; registro audiovisual com os atores da pesquisa (migrantes regionais, internacionais, indígenas urbanos), as trajetórias de vida. Essas atividades serão executada pela equipe de pesquisadores, colaboradores e pesquisadores internacionais, principalmente os da Amazônia Internacional (Colômbia, Venezuela) e pesquisadores do México, uma vez que são estudiosos das fronteiras. A equipe será supervisionada pelo coordenador de cada instituição parceira e com a participação de		XXXXXX	XXXXXX		XXXXXX	

pesquisador colaborador.							
<p>Atividades de Extensão, Educação e Difusão do Conhecimento ocorrerão no início dos dois primeiros anos do projeto, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma <i>fanpage</i> (na rede social <i>facebook</i>) para auxiliar no processo de compartilhamento das informações e resultados advindos da pesquisa; - Produção de um <i>vlog</i> (na rede social <i>youtube</i>) com uma série de entrevistas que repercuta o tema, na perspectiva dos próprios sujeitos da pesquisa (migrantes, imigrantes e indígenas), de especialistas e de profissionais da imprensa; - Divulgação do <i>vlog</i>, como ferramenta de educomunicação (educação para as mídias e o uso das mídias na educação), em visitas às escolas de nível fundamental e médio, públicas e particulares da capital e de algumas comunidades indígenas, com o mesmo intuito de agendar uma discussão sobre o tema, com a perspectiva de sensibilização a ocorrer no interior dos processos formativos. Esta ação deverá atender a um calendário de visitas que assegure o alcance pretendido. 	xxxxx		xxxxxx				
<p>Extensão e Atividade de Educação e Difusão do conhecimento Junto a órgãos e agentes públicos, organizações sociais, ONG's, entidades sindicais, associações, entre outros. Esta etapa abrange atividades que serão realizadas ao longo de todo o projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Estabelecimento de parcerias para a divulgação, por meio de amplas campanhas (Dia do Migrante, por exemplo), dos conceitos básicos sobre Cidadania e Direitos Humanos, visando o combate e a denúncia de todas as formas de violência; - Formação e Capacitação de agentes dos setores públicos e privados que atuam junto aos migrantes e às vítimas de violência nas regiões de fronteira, abordando as temáticas sobre cidadania, violência e direitos humanos, com ênfase nos aspectos das relações de gênero e identidades sexuais, trajetórias, diversidade cultural, com vistas a fomentar uma prática profissional que pressuponha a equidade de gênero, que seja antirracista e anti-homofóbica; -Realização de parceria com as Pastorais do Migrante para criação do S.O.S Migrante, serviço de atendimento psicológico e orientação jurídica aos migrantes em Boa Vista. Essa parceria incluirá a participação e apoio da Universidade por meio do Núcleo de Práticas Jurídicas e Direitos Humanos, do curso de Direito e Centro de Atendimento Psicológico, do curso de Psicologia, ambos da UFRR; 	xxxxx					Xxxxxx	
		xxxx		Xxxxxx			
		xxxx		xxxxxx		xxxxxxx	
			xxxxx				
<ul style="list-style-type: none"> - Produção e edição do videodocumentário; - Evento (encontro ou colóquio) para compartilhar o resultado da pesquisa de mídia, envolvendo professores e alunos, Sindicato dos Jornalistas, profissionais da imprensa local, buscando sensibilizá-los acerca dos desafios que envolvem 			xxxxx			xxxx	xxxx

a cobertura jornalística sobre as dinâmicas dos deslocamentos humanos nas fronteiras e suas representações.						
Planejamento e execução do projeto piloto “Escola em Movimento” em escolas de fronteiras (Pacaraima-Roraima-Brasil) e no Colégio de Aplicação (CAP) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Essas atividades serão desenvolvidas pela equipe de Roraima.		xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Planejamento e execução do Projeto Piloto “Museu do Imigrante”. Esse projeto ocorrerá em parceria com entidades governamentais (ministérios e/ou secretarias estaduais e/ou municipais das áreas afins à temática do projeto) e tem como objetivo a produção de áudio de relatos dos estrangeiros sobre sua experiência migratória, o que constituirá a base de dados do museu. (Planejamento, execução, avaliação). Essa atividade contará com o envolvimento de todos os pesquisadores e colaboradores, em nível nacional e internacional.				xxxxx	xxxxx	xxxxx
Organização, sistematização, interpretações e análises dos dados.		xxxx		xxxxx		xxxx
Elaboração do relatório final e divulgação dos resultados da pesquisa.					xxxxx	xxxxxx

AÇÕES DE EDUCAÇÃO E DIFUSÃO E TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A ação extensionista, a exemplo das atividades que constituem o processo de formação e elaboração do conhecimento, é o modo de se estabelecer a relação de contato sociedade-universidade em função da troca de saberes, em especial quando estamos tratando de uma proposta que pretende abranger os diversos aspectos das mobilidades humanas, da violência e violação dos direitos humanos na Amazônia. As experiências da extensão universitária possibilitam uma interação significativa entre as Universidades e a sociedade. Esses programas e projetos de extensão revelam um processo, educativo e científico, que indica uma troca de saberes, acadêmicos e populares, em uma relação orgânica entre a extensão, o ensino e a pesquisa. Isso remete ao compromisso das universidades com uma formação acadêmica não apenas técnica, mas política e cidadã, vinculando a construção do conhecimento às competências profissionais necessárias para uma atuação voltada às demandas criadas pelas contradições da sociedade. Os resultados, e mesmo o processo de investigação, devem servir para transformar, minimamente, a realidade de desigualdade e exclusão social.

Os motivos acadêmicos e institucionais que impulsionam esta proposta refletem a importância do debate sobre a cultura da violência contra grupos sociais marginalizados ou

destituídos de poder tem assumido diante dos dados que contextualizam a violência contra migrantes, indígenas, de gênero, os crimes de homofobia, os casos de racismos, entre outros. Dessa forma, algumas atividades serão desenvolvidas junto aos grupos e atores sociais do referido projeto, bem como de agentes sociais e sociedade civil.

Como atividade de **Educação e Difusão do Conhecimento**, em parceria com órgãos governamentais (secretarias de educação dos estados e municípios), não governamentais (Pastoral, Caritas, Dioceses, Associações, Sindicatos, ONG's) das zonas fronteiriças e capitais Amazônicas envolvidas na pesquisa, serão planejadas e realizadas as seguintes ações:

a) Junto aos meios de comunicação e imprensa local

- Evento (encontro ou colóquio) para compartilhar o resultado da pesquisa de mídia, envolvendo professores e alunos, Sindicato dos Jornalistas, profissionais da imprensa local, buscando sensibilizá-los acerca dos desafios que envolvem a cobertura jornalística sobre as dinâmicas dos deslocamentos humanos nas fronteiras e suas representações;

- Criação de uma *fanpage* (na rede social *facebook*) para auxiliar no processo de compartilhamento das informações e resultados advindos da pesquisa;

- Produção de um *vlog* (na rede social *youtube*) com uma série de entrevistas que repercuta o tema, na perspectiva dos próprios sujeitos da pesquisa (migrantes, imigrantes e indígenas), de especialistas e de profissionais da imprensa;

- Divulgação do *vlog*, como ferramenta de educomunicação (educação para as mídias e o uso das mídias na educação), em visitas às escolas de nível fundamental e médio, públicas e particulares da capital e de algumas comunidades indígenas, com o mesmo intuito de agendar uma discussão sobre o tema, com a perspectiva de sensibilização a ocorrer no interior dos processos formativos. Esta ação deverá atender a um calendário de visitas que assegure o alcance pretendido.

- Participação como quadro no videodocumentário geral sobre os resultados do projeto, destacando o papel da mídia nas representações sociais sobre o tema;

Todas essas ações são pautadas pela oportunidade de promover um tipo de intervenção na realidade social, ao combater a violência, o desrespeito aos direitos humanos, estigmas e preconceitos sofridos pelos sujeitos da pesquisa.

b) Junto a órgãos e agentes públicos, organizações sociais, ONG's, entidades sindicais, associações, entre outros

- Estabelecer parcerias para a divulgação, por meio de amplas campanhas (Dia do Migrante, por exemplo), dos conceitos básicos sobre Cidadania e Direitos Humanos, visando o combate e a denúncia de todas as formas de violência;

- Formação e Capacitação de agentes dos setores públicos e privados que atuam junto aos migrantes e às vítimas de violência nas regiões de fronteira, abordando as temáticas sobre cidadania, violência e direitos humanos, com ênfase nos aspectos das relações de gênero e identidades sexuais, trajetórias, diversidade cultural, com vistas a fomentar uma prática profissional que pressuponha a equidade de gênero, que seja antirracista e anti-homofóbica;

- Realizar Parceria com as Pastorais do Migrante para criação do S.O.S Migrante, serviço de atendimento psicológico e orientação jurídica aos migrantes em Boa Vista. Essa parceria incluirá a participação e apoio da Universidade por meio do Núcleo de Práticas Jurídicas e Direitos Humanos, do curso de Direito e Centro de Atendimento Psicológico, do curso de Psicologia, ambos da UFRR;

- Elaborar e divulgar vídeo documentário/etnográfico, que será produzido contendo os resultados da pesquisa, para as secretarias de educação das capitais de cada estado/país envolvido;

Como ações de **Transferência do Conhecimento**, com vistas a experiências possíveis de construções de Políticas Públicas Políticas e de Ação Intervenção, justifica-se a elaboração de Projetos Pilotos com caráter de Intervenção/Ação abaixo caracterizados.

a) Projeto Piloto “Escola em Movimento”. Esse projeto, a ser implementado em escolas de fronteiras (Pacaraima-Roraima-Brasil) e no Colégio de Aplicação (CAP) da Universidade Federal de Roraima (UFRR), tem por objetivos formar e capacitar os jovens, gestores, docentes e demais funcionários das escolas e promover a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar para integrar os valores e princípios dos direitos humanos em todas as áreas da vida da escola. Em regiões de fronteira, principalmente, encontramos uma complexidade particular das dinâmicas sociais presentes no espaço escolar, que em geral pode ser apresentada a partir das relações entre diferentes culturas (a presença de indígenas além de sujeitos diferentes nacionalidades), o que requer uma atenção para questões como preconceitos, discriminações, exclusões sociais, isto é, diferentes formas de violência. A realidade atual das migrações internacionais em Roraima, bem como o contato permanente com diversos grupos étnicos tanto na fronteira com a Venezuela como com a Guiana, nos obriga a pensar e a repensar as políticas para esses migrantes, principalmente aquelas de inclusão social, laboral e cultural nos contextos locais. É necessário e urgente, além das

políticas de inclusão, pensar outras ações a curto, médio e longo prazo que combatam as formas de reprodução explícitas e veladas de racismos, estigmas e preconceitos.

Desse modo, este projeto justifica-se à medida que visa a Promoção dos Direitos Humanos pensando numa Escola que se movimenta a partir de ações acadêmicas de ensino /aprendizagem envolvendo a comunidade escolar para discutir, diagnosticar e reelaborar noções sobre respeito às diferenças, à equidade de gênero, à igualdade étnica e racial. Ao mesmo tempo, pretende-se, por meio do esclarecimento dos temas na transversalidade, que os componentes curriculares permitam realizar um intenso diálogo entre o poder público municipal, a universidade e a sociedade. É também a oportunidade de a universidade brasileira corresponder ao sentido que lhe conceitua, qual seja, “missão de produzir ensino, pesquisa e extensão” através da ação comprometida de seus professores e alunos de graduação e pós-graduação.

As ações para efetivar este Projeto Piloto em escolas de fronteiras são:

- Realizar cursos de formação de professores que promovam a reflexão acerca dos processos/fluxo de deslocamento/mobilidade, as formas de violência às quais estão submetidos os migrantes;
- Promover palestras e círculos de debates com estudantes das escolas envolvidas e comunidade circundante a fim de desconstruir práticas exclusivas e de violências perpetradas contra os migrantes (regionais e estrangeiros);
- Desenvolver ações educativas na escola por meio de palestras, discussões com uso de áudio visuais e oficinas com pais e comunidade local;
- Possibilitar, por meio de oficinas, a criação de objetos pedagógicos que subsidiem e materializem o entendimento crítico após as discussões realizadas sobre Cidadania, Violência e Direitos Humanos.

b) Projeto Piloto “Museu do Imigrante”. Esse projeto ocorrerá em parceria com entidades governamentais (ministérios e/ou secretarias estaduais e/ou municipais das áreas afins à temática do projeto) e tem como objetivo a produção de áudio de relatos dos estrangeiros sobre sua experiência migratória, o que constituirá a base de dados do museu. O Museu do Imigrante ficará responsável por guardar e difundir os conhecimentos produzidos a partir deste projeto, socializando os materiais elaborados nos diferentes países, estados e cidades participantes da pesquisa. Por se tratar de um projeto piloto, o Museu do Imigrante iniciará de forma virtual, o que possibilitará um acesso mais amplo da sociedade, podendo, posteriormente, com o fortalecimento das parcerias existentes ou novas, tornar-se um museu físico, sediado em uma das cidades/capitais de países participantes da pesquisa.

c) **Outas Ações de transferência** de conhecimento que contribuiriam para a formulação de políticas públicas:

- Realização de um censo objetivando conhecer a realidade do imigrante para a partir dela criar políticas públicas educacionais e sociais que possam atender as demandas identificadas. O censo terá como aspectos norteadores: 1) país de origem; 2) estado civil; 3) número de filhos; 4) número de migrantes da família; 5) questões que motivaram a migração; 6) escolaridade; 7) profissão que exercia no país de origem; 8) profissão que exerce no país para o qual migrou; 9) principais dificuldades enfrentadas no país para o qual migrou; 10) renda familiar atual.

- Realização de um estudo sobre os países de origem dos imigrantes pontuando aspectos como: história; geografia do país; língua; constituição étnica de seu povo; economia. A coleta desses dados resultará na elaboração de um livro didático, em parceria com entidades governamentais (ministérios e/ou secretarias estaduais e/ou municipais das áreas afins à temática do projeto), a ser distribuídos nas escolas com a finalidade de fornecer subsídios teóricos aos profissionais da educação para que possam lidar adequadamente com os imigrantes e filhos de imigrantes em suas classes escolares.

FORMAÇÃO E GESTÃO DA REDE DE PESQUISA COLABORATIVA

O projeto Mobilidade Humana, violência e Direitos Humanos agrega pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento (Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Ciências da saúde; Enfermagem; Ciências da Computação; Geociências; Arquitetura e Urbanismo; Planejamento Urbano e Regional; Filologia; Linguística, Letras e Artes; Comunicação; Serviço Social; Turismo; Psicologia, Educação; Políticas Públicas, entre outros) de diferentes instituições de ensino da região Norte (Universidade Federal do Amapá - UFAP, Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Universidade Federal do Pará - UFPA, Universidade Federal de Rondônia-UNIR, Universidade Federal de Roraima - UFRR); do Centro Oeste (Universidade Federal de Goiás - UFG); do Nordeste (Universidade Estadual da Paraíba-UEPB); da Colômbia (Universidad Autónoma Simon Bolívar); do México (Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca); Venezuela (Universidad Central de Venezuela-UCV e Universidad de Los Andes-ULA); Espanha (Universidad de Huelva-UHE) e Portugal (Centro de Estudos Sociais/Instituto Universitário de Lisboa-CIES-IUL). O presente projeto de pesquisa possibilitará a estruturação de um conjunto de ações, produtos e relações com outros projetos, sejam de pesquisa, extensão e ensino, assim como para

fomentar o intercâmbio de relações e produção acadêmica com colegas da própria região Amazônica, como de outras instituições nacionais e internacionais.

Considerando os espaços geográficos nos quais estão inseridas essas instituições, a formação de uma Rede Colaborativa de Pesquisadores, Instituições e Grupos de Pesquisa torna-se essencial para o desenvolvimento desse projeto. Essa Rede de Pesquisa fará uso de suporte computacional, tal como a internet e plataformas colaborativas. A Rede Colaborativa, aqui, tem o objetivo de oportunizar a troca de conhecimento, de experiências por meio da mobilidade estudantil e docente, do exercício da inter e multidisciplinaridade e do fortalecimento dos grupos de pesquisa. Todos os co-coordenadores e a maior parte dos pesquisadores que compõem a equipe do projeto, tanto nacional como internacional, participam de grupos e laboratórios de pesquisas, de redes de investigação colaborativa. O estreitamento das relações acadêmicas e científicas com as instituições e pesquisadores que compõem a equipe do projeto proporcionará a ampliação das redes colaborativas e, conseqüentemente, minimizará o isolamento ou marginalização das instituições da região Norte em relação aos grandes centros de pesquisa nacional e internacional.

Como forma de efetivar essa interação em rede com os pesquisadores do projeto será utilizado o suporte computacional, tal como a internet por meio de contatos (*whatsapp, facebook, yahoogrops*) e plataformas colaborativas, além de uma *página web* do Projeto onde serão informadas as atividades do grupo (as publicações, os contatos, entre outros). Realizaremos, ainda, reuniões, conferências e *workshop* por videoconferências (*Skype*).

A interação com os outros grupos de centros de pesquisa não participantes do projeto será, preferencialmente, com aqueles que trabalham temáticas similares como, por exemplo, o grupo de Pesquisa “Mobilidade humana, fronteiras e planos geoestratégicos”, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Grupo de Pesquisa “Comunicação, Identidades e Fronteiras”, da Universidade Federal de Santa Maria; Grupo de estudos e pesquisas em cultura, gênero e saúde (UFSM); Núcleo de estudos interdisciplinares em saúde (UFSM), com a perspectiva, entre outras, de elaborar comparações entre as dinâmicas e processos socioculturais nas fronteiras sul e norte do país. Grupos de outras regiões do país também serão contatados, como grupo de Pesquisa Laboratório de Investigação em Migrações, Nações e Fronteiras (LIMINAR), da UNIFESP; Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios-NIEM (UFRJ); Núcleo de Estudos em Transculturação, Identidade, Reconhecimento – NETIR (UFES), entre outros.

O contato com os centros, grupos e comunidade internacional científica e acadêmica proporcionará um intercâmbio e diálogo enriquecedor com instituições e grupo como, por exemplo, Universidad Pablo de Olivide (UPO), Sevilha (Espanha), Grupo de Estudios sobre Inmigración y Minorías Étnicas (GEDIME)/Universidad Autonoma de Barcelona (Espanha); Grupo de Estudios Migratorios, de la Universidad Complutense (Espanha), Centro de Estudos Sociais-CES-Lisboa.

A interação com esses grupos se dará, inicialmente, por meio de apresentação dos objetivos do grupo e da pesquisa Mobilidades Humanas, violências e Direitos Humanos na Amazônia. Contatos, seja por meio online, seja por meio da participação em eventos nacionais e internacionais será uma estratégia. Outra é a participação e inclusão em grupos de trabalhos de entidades internacionais como o Grupo de Trabajo “Fronteras, Integración Regional y Globalización en el Continente Americano”, do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais /CLACSO.

ORÇAMENTO DETALHADO

CUSTEIOS	
Passagens e diárias	189.101,00
Serviços de terceiros – PJ	56.000,00
Material de Consumo	17.530,00
CAPITAL	
Equipamento	106.368,53
Material Bibliográfico	68.400,00
Bolsas	562.600,00
TOTAL	999.999,53

Passagens

Quant	Trechos	Vlr Unit	Vlr. Total
01	Boa Vista – Porto Velho / Porto Velho – Boa Vista	3.802,00	3.802,00
01	Boa Vista – Belém / Belém – Boa Vista	2.587,00	2.587,00
01	Boa Vista – Macapá / Macapá – Boa Vista	3.647,00	3.647,00
03	Boa Vista – Brasília / Brasília – Boa Vista	3.238,00	9.714,00
04	Boa Vista – Manaus / Manaus – Boa Vista	1.116,00	4.464,00
01	Lisboa – Boa Vista / Boa Vista – Lisboa	9.435,00	9.435,00
02	Sevilha – Boa Vista / Boa Vista – Sevilha	13.076,00	26.152,00
02	Caracas – Boa Vista / Boa Vista – Caracas	10.375,00	20.750,00
01	Baranquilla– Boa Vista / Boa Vista - Baranquilla	4.698,00	4.698,00
TOTAL			85.249,00

Justificativa: Trechos necessários para a vinda de pesquisadores da rede colaborativa, participação em eventos e viagens do coordenador às instituições parceiras e vice-versa.

Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Quant.	Trecho	Valor Unit.	Valor total
01	Edição Audiovisual de filme curta-metragem até 20 min Produção (Captação de Áudio e Vídeo):	16.000,00	16.000,00
01	Montagem (Edição de Vídeo):	5.500,00	5.500,00
01	Edição e Masterização de Som:	5.500,00	5.500,00
01	Finalização Audiovisual	4.000,00	4.000,00
x	Material informativo	25.000,00	25.000,00

Justificativa: Material informativo para a disponibilização a comunidade das ações do grupo, assim como contribuir com a divulgação de campanhas informativas de utilidade pública. Produção de um filme ao final do projeto que didaticamente sintetizará os três anos de pesquisa.

Diárias (cotação do dólar do dia 23.01.16)

Quant.	Local	Valor Unit.	Valor total
15	Brasília	320,00	4.800,00
07	Macapá	320,00	2.240,00
10	Manaus	320,00	3.200,00
07	Belém	320,00	2.240,00
10	Porto Velho	320,00	3.200,00
18	Oiapoque	320,00	5.760,00
20	Guajará-Mirim	320,00	6.400,00
20	Tabatinga	320,00	6.400,00
35	Pacaraima	320,00	11.200,00
35	Bonfim	320,00	11.200,00
19	Letícia	320,00	6.080,00
20	Brasiléia	320,00	6.400,00
15	Costa MARques	320,00	4.800,00

20	Assis Brasil	320,00	6.400,00
05	Portugal	1.176,60 (\$370 dólares)	5.883,00
15	Espanha	1.176,60 (\$370 dólares)	17.649,00
TOTAL			103.852,00

Justificativa: Diárias custeará gastos do coordenador e pesquisadores no trabalho de campo, nas visitas para acompanhamento do andamento das pesquisas realizadas nas instituições parceiras e para participação em eventos.

Material de expediente

Quant.	Trecho	Valor Unit.	Valor total
03 anos	Licenciamento software de apoio a analise qualitativa Web QDA	435,11 (128,35 euros)	1.305,33
7	Cartucho toner p/ HP preto 26A CF226A HP cx 1 un.	767,50	5.372,50
03 anos	Software de Geoprocessamento: ArcGIS 10. - Software para gerenciamento e criação do banco de dados (Geodatabases)	380,40 (120 dólares)	1.141,20
X	Material de expediente tais como: caneta, papel A4, fita, pasta, entre outros.	8.0040,14	7.911,44
TOTAL			15.730,47

Justificativa: Os softwares serão utilizados para a realização da pesquisa e organização de um banco de dados, os cartuchos e material de expediente serão usados durante a pesquisa por todos os participantes e são itens indispensáveis para a realização da pesquisa.

Bolsas

Quant.	Tipo	Meses	Valor Unit.	Valor total
37	Iniciação Científica - IC	12	400,00	177.600,00
02	Doutorado Sanduiche no pais -SWP	6	2.200,00	26.400
06	Pesquisador Visitante -PV	3	5.200,00	93.600,00
02	Apoio Técnico - AT	36	550,00	39.600,00
01	Desenvolvimento Tecnológico e Industrial – DTI	36	1.100,00	39.600,00

6	Extensão no País – EXP	12	1.100,00	79.200
02	Atração de Jovens Talentos – AJT B	12	4.100,00	106.600,00
TOTAL				562.600,00

Justificativa: Bolsas que serão usufruídas por alguns colaboradores da pesquisa, indispensável para a dedicação integral ao projeto.

Equipamentos e Materiais Permanentes

Quant.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
03	Computador Intel Core i5, 3450 Ivy Bridge 3.1 Ghz, 6mb cachê-terceira geração, 8 GB DDR 3, 133 Mhz. 0	3.229,00	9.687,00
03	Monitor Samsug FX 2490HD, Led 24.p	1.027,00	3.081,00
03	Impressora HP LaserJet M426FDW F6W15A Multifuncional com Wireless	2.277,57	6.832,71
04	Cartão De Memória - Sdxc - 128gb - Sandisk Extreme Pro - Sdsdxpa-128g-G46	497,77	1.991,08
04	Notebook 6ª Geração do Processador Intel® Core™ i7 Windows 10 Home - 8GB de memória - Disco rígido de 1TB - Equipamento para processamento móvel (trabalhos de campo) de dados cartográficos	4.999,00	19.996,00
01	Filmadora Panasonic HC-X1000 - Camcorder Full HD/4K DCI/Ultra HD	15.777,60	15.777,60
01	Tripe BT 150 Bosch Profissional Altura de trabalho: 52 – 147 cm	229,29	229,29
02	Tripé Em Alumínio Tefeng Tf-330a Universal	49,89	99,78
02	Fone de Ouvido Fun Pulse Multilaser PH159 Preto	84,00	168,00
03	Fone de Ouvido Intra-auricular SHE3705BK/00 - Philips	69,00	207,00
02	Rebatedor 5 Em 1 Dobrável Redondo Para Iluminação Fotográfica - Greika Reb 110	139,99	279,98
02	PROJETOR EPSON X24+ - 3500 LUMENS - CONTRASTE 10.000:1 - XGA 1024X768 - 4:3 - HDMI - WIRELESS - BIVOLT	3.999,00	7.998,00
02	Mini Projetor 1080p HD com Micro SD, HDMI, AV	1299,90	2.599,80
02	Caixa Acústica Ultra Compacto 110v Usb 1.500w B112mp3 Behringer	3.080,69	6.161,38
02	Câmera Digital Nikon DSLR D3200 24,2 Megapixels	2.118,04	4.236,08
02	Lente 650-1300mm f/8.0-16.0 Telefoto Zoom T-Mount	1.689,87	3.379,74

02	Anel Adaptador de Lente Nikon AF	199,99	399,98
02	Caneta De Limpeza Para Lentes Fotográficas	63,43	126,80
10	Gravador De Voz Digital Sony Icd-Px 240 4gb	223,99	2.239,90
02	MICROFONE DIRECIONAL BOYA VM19	499,00	998,00
03	Microfone Lapela Azden PRO-XD 2.4 GHz	1.355,20	4.065,60
05	Microfone De Mesa Fnk10 - Novik Neo	160,55	802,75
04	Refletor 300W Led Super Branco Bivolt	598,00	2.392,00
01	Frigobar Consul com Porta-Latas CRC12C 120 Litros Branco - 110V	798,00	798,00
01	Baterias Recarregável para Filmadoras Panasonic HC-X1000. Bateria de Íons de Lítio Panasonic Compatível com HC-X1000	181,90	181,90
02	Bateria Para Camera Digital Nikon Dslr D3200	160,33	320,66
07	Cavalete Flip – Chart de alumínio com rodízio – Board Net	416,00	2.912,00
08	Tela de projeção com tripé 100” 180-180cm NR7 – 003 – Nardelli	420,20	3.361,60
04	Suporte para projetar ASV – 002 – Nardelli	176,40	705,60
07	GPS portátil Garmin e Thex 10 com cronômetro preto e amarelo	619,90	4.339,3
TOTAL			106.368,53

Justificativa: Itens para suporte a pesquisa, utilizados para a produção do vídeo, utilização dos softwares e suporte em geral nos trabalhos de campo, ações do projeto e compilação de dados.

Material Bibliográfico

Quant.	Descrição	Vlr. Unitário	Valor Total
02	Publicação de Livro , 300 exemplares, organizado com os resultados da pesquisa (entre 200/300 páginas, Formato: 15,5x23cm; Miolo: 256 págs.; pólen soft 80g; 1/1 cor; Capa: cartão 250g; 4/0; laminação fosca; orelhas 8cm; com revisão e transporte incluídos	12.500,00	25.000,00
650	Livros diversos na área de Ciências Humanas que serão utilizados por todos os envolvidos na pesquisa e comunidade acadêmica em geral	70,00 (médio por livro)	43.400,00
TOTAL			68.400,00

Justificativa: Publicação do livro para a divulgação dos resultados da pesquisa e aquisição de livros necessários a pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Wagner e BAIBICH-FARIA, Tânia. *A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: trajetórias e pertencimentos*. R. bras. Est. Pedag., Brasília, v.93, n.235, p. 818-835, set./dez. 2012.
- AUMENTAM assassinatos e suicídios entre indígenas no Brasil. [online] Terra, 19 de jun de 2015. Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/brasil/politica/aumentam-assassinatos-e-suicidios-entre-indigenas-no-brasil-diz-relatorio,5ba104283c4efb03629d834129e18a3a78nuRCRD.html>. Acesso em: 17/11/2016
- AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Educação Intercultural e complexidade**: desafios emergentes a partir das relações em comunidades populares. In: FLEURI, R.(org). Educação Intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b, p. 85-108.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed 70 Brasil. 2009.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados** 19 (53), 2005. Disponível em: www.revistas.usp.br/eav/article/download/10047/11619+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 19/01/2017.
- BENGHOZI, Pierre. **Malhagem, filiação e afiliação**: psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social. São Paulo: Vetor, 2010
- BENJAMIN, Walter. Paris do Segundo Império. In: **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas III. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BONIN, Iara Tatiana. Racismo: desejo de exterminar os povos e omissão em fazer valer seus direitos. In: **RELATÓRIO Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2014**. Conselho Indigenista Misionário – Cimi. Brasília – DF, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (orgs). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996. v. 2.
- BRASIL. Ministério do Interior. SUDAM. **Política de Integração Nacional** – PIN. Brasília, 1972.
- _____. Ministério da Educação. **PORTARIA No - 1.087, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016** – Censo Escolar de 2016. [online]. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/09/2016&jornal=1&pagina=21&totalArquivos=768>. Acesso em: 15/12/2016
- BRASIL/PORTALODM. Acompanhamento Municipal dos Objetivos do Milênio. [online], 2013. Disponível em: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/porta lodm/>. Acesso em: 18/01/2017
- CAMINHOS DO REFÚGIO. **Haitianos**. [online], 2016. Disponível em: <http://caminhosdorefugio.com.br/tag/haitianos/>. Acesso em: 15/12/2016

CASTRO, Edna e HAZEU, Marcel. Cidades, fronteiras transnacionais e migração na Pan-Amazônia. **Somanlu**, ano 12, n. 2, jul./dez. 2012, pp.17-43. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/viewFile/440/271>. Acesso em: 05/12/2016

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **RELATÓRIO Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2014**. Conselho Indigenista Missionário – Cimi. Brasília – DF, 2014

DAVIES, Carole Boyce. Mulheres caribenhas escrevem a migração e a diáspora. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n.3, p.747-763, set./dez.2010.

DEPORTAÇÕES de venezuelanos na fronteira com Roraima crescem 824%. [online] Marcelo Toledo: Folha de São Paulo, 23/11/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1834629-deportacoes-de-venezuelanos-na-fronteira-com-roraima-crescem-824.shtml>. Acesso em: 24/11/2016.

DONNAN, H; WILSON, M.T. (Org.). Nation State and identity at international borders. In: _____. **Nation and State at International Frontiers**. Cambridge: University Press, 1998.
DURKHEIM, Emile. **Representações Individuais e Representações Coletivas**. Filosofia e Sociologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975. p.15-49

EM 7 MESES, nº de pedidos de refúgio de venezuelanos cresce 110% em RR. [online] Emily Costa e Jackson Félix, G1 RR 12/07/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/07/em-7-meses-n-de-pedidos-de-refugio-de-venezuelanos-cresce-110-em-rr.html>. Acesso em: 30/10/2016

ÊXODO de venezuelanos já é tratado em Roraima como crise humanitária. [online] Felipe Corazza O Estado de S. Paulo **12 Outubro 2016**. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,exodo-de-venezuelanos-ja-e-tratado-em-roraima-como-crise-humanitaria,10000081629>. Acesso em: 17/11/2016.

FLEURI, R. M.; SOUZA, M. I. P. Educação no limiar entre culturas. **Marco Social** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, p. 28-34, 2003

GOMES, Nilma Lino. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

GONÇALVES-FILHO, J. M. Prefácio: A invisibilidade pública. In: F. B. da Costa. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004

_____. Humilhação social - um problema político em psicologia. **Psicol. USP** [online]. 1998, vol.9, n.2, pp.11-67. ISSN 0103-6564. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002>. Acesso em: 18/01/2017

GREENPEACE BRASIL. **Relatório Hidrelétricas na Amazônia um Mau Negócio para o Brasil e para o Mundo**. GREENPEACE BRASIL: São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/documentos/2016/relatorio_hidreletricas_na_a_mazonia.pdf. Acesso em: 14/07/2016

GRUPO distribui comida para venezuelanos nas ruas de Roraima. (online) Felipe Corazza: Exame Web, 13/10/2016. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/grupo-distribui-comida-para-venezuelanos-nas-ruas-de-roraima/>. Acesso em: 17/11/2016

GUIRAU, Kárine Michelle; SILVA, Carolina Rocha. **Povos Indígenas no espaço urbano e políticas públicas.** [online]. Abril/2013. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/participacaodemocraciaepolitica-spublicas/encontrosinternacionais/pdf-st08-trab-aceito-0200-7.pdf>. Acesso em: 08/12/2016.

HAZEU, Marcel Theodoor. **Migração internacional de mulheres na periferia de Belém:** identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia; orientadora Marília Ferreira Emmi. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

HOBBSAWM, Eric. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HÖFS, Carolina Carret. *O barco vai se levando. Retrato de uma imigrante brasileira em Paramaribo, Suriname.* **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, n. 29, 2007.

_____. *Yu Kan Vertrouw Mi/Você pode confiar.* Mestrado. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UnB, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Ministério do Planejamento e Gestão. **Censo Demográfico 2010 Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** [online], Elaboração do documento pdf Roberto Cavararo: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 15/12/2016.

JUBITHANA-FERNAND, Andrea. International migration in Suriname. In: ARAGÓN, L. E. (Org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia.** Belém: NAEA, 2009. p. 185-204.

JÚNIOR, Almícar. **Venezuelanos passam a morar nas calçadas e ruas de Pacaraima.** [online] – Folha Web, 2016. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia/Venezuelanos-passam-a-morar-nas-calçadas-e-ruas-de-Pacaraima/19952>. Acesso em: 10/11/2016.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados** 16 (45), 2002. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper14.pdf>. Acesso em 19/10/2016.

LARAIA, Roque de Barros e DA MATTA, Roberto . **Índios e castanheiros:** a empresa extrativa e os índios no meio Tocantins / Roque de Barros Laraia e Roberto da Matta . - 2' ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LEAL, Maria Lúcia, LEAL, Maria de Fátima P., (orgs). **Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial** -

PESTRAF: Relatório Nacional - Brasil / Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, organizadoras. — Brasília : CECRIA, 2002.

LÉON, Amparo Micolta. *Las relaciones en el cuidado de hijos e hijas de migrantes en el país de salida*. IV Congreso de la Red Internacional de Migración y Desarrollo “Crisis global y estrategias migratorias: hacia la redefinición de las políticas de movilidad”. 18, 19 y 20 de mayo de 2011. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO, Sede Ecuador (Quito, Ecuador).

MAIS de 324 mil índios brasileiros vivem em área urbana, diz IBGE. (online) G1 – São Paulo, 10/08/2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/mais-de-324-mil-indios-brasileiros-vivem-em-area-urbana-diz-ibge.html>. Acesso em: 06/05/2016

MARIANI, B. e MEDEIROS, V. Mulher na favela e confronto policial: por um arquivo de imagens. In: Mariani, Bethania; Medeiros, Vanise; Silva, Silmara Dela. (org.) **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro, RJ: 7LETRAS, 2011.

MARTINS, et.al. Migração e mobilidade de brasileiros através e além da fronteira Brasil-Guiana Francesa: novas sociabilidades. **TOMO**. N. 27 JUL/DEZ. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/4652/3885>. Acesso em: 18/01/2017

MORIGI, Valdir José. *Teoria social e comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos*. **Rev. Compós**. Ed. 1, dez. 2004.

MOSER Ana Cláudia e THEIS Ivo Marcos. Investimentos em c&t e desigualdades socioespaciais no Brasil. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2, 2014, p.. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n2/v26n2a11.pdf>

NEVES, Miguel Santos. **Migrações internacionais, violência e direitos humanos**. JANUS, 2014. Disponível em http://janusonline.pt/images/anuario2014/3.12_MiguelSNeves_Migracoes.pdf. Acesso em 10.01.2017.

NUNES, Ilda Helena Oliveira; SILVEIRA, Márcio Antônio da e VAL Adalberto Luis. O Conhecimento na Amazônia: Análise sobre a Socialização da Ciência, Tecnologia e Inovação Nunes . **IV Encontro Nacional da Anpas** 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil _Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT15-966-851-20080510212910.pdf> Acesso em 15.01.17

OLIVEIRA, J.F. A política de ciência, tecnologia e inovação, a pós-graduação e a produção do conhecimento no Brasil. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 38, n. 2, p. 323-338, mai./ago. 2013..disponível em file:///C:/Users/Cliente/Downloads/26107-109469-2-PB.pdf

OLIVEIRA, Márcia Maria. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea** / Márcia Maria de Oliveira. São Carlos: Editora Scienza, 2016.

_____. A mobilidade Humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. **Estudos Avançados**: São Paulo: vol. 20, n.57, 2006, p. 183- 195.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Índio no Mundo dos Brancos: a Situação dos Tukúna do Alto Solimões**. Difusão Européia do Livro, Coleção Corpo e Alma do Brasil, São Paulo, 143 p.p., 1964

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.

_____. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo** São Paulo, SP: Cortez, 1990.

Análise do discurso: princípios e procedimentos, Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. (Org.) **Cidade atravessada: os sentidos públicos do espaço urbano**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **Interpretação**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes. 2004a.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Unicamp, 1993. p. 161-162.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999 [1983]. p. 49-57.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1995 [1975]. Acesso em: 14/12/2016

PEDRO, Thiago. **Os conflitos de terra na Amazônia**. (online) Abril, 2013. Disponível em: <http://pedrothiagogeografia.blogspot.com.br/2013/04/os-conflitos-de-terra-na-amazonia.html> Acesso: 23/11/2016.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. A vida no limite: atividades ilegais, migração irregular e direitos humanos na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa. Pracs: **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais**, Unifap, n.o 1, dez. 2008.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2009: Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2009.

PORTAL BRASIL. **Ligue 180 registra mais de 555 mil atendimentos este ano**. (online), 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/08/ligue-180-registra-mais-de-555-mil-atendimentos-este-ano>. Acesso em 14/11/2016.

RABELLO, Antônio Cláudio. Amazônia: uma fronteira volátil. **Estudos Avançados** 27 (78), 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v27n78/14.pdf>. Acesso em: 30/10/2016.

REIS, Rossana Rocha. A Política do Brasil para as Migrações Internacionais.

CONTEXTO INTERNACIONAL – vol. 33, n. 1, janeiro/junho 2011, pp. 47-69. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cint/v33n1/v33n1a03.pdf>. Acesso em: 03/11/2016

_____. **Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos**. São Paulo: Hucitec, 2007.

_____. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. **RBCS** Vol. 19 nº. 55 junho/2004, pp 149-164. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a09v1955.pdf>

RIBEIRO, Joaquim Hudson de Souza. **Espaços violados: uma leitura geográfica e psicossocial da violência sexual infanto-juvenil na área urbana de Manaus (2006-2010)** / Joaquim Hudson de Souza Ribeiro; orientadora Rosa Ester Rossini – São Paulo, 2011.

RODRIGUES, F. S. **Relatório Parcial DINÂMICAS MIGRATÓRIAS E RELAÇÕES SOCIOECONOMICAS NAS FRONTEIRAS PAN-AMAZÔNICA: Brasil-Venezuela-Guiana**. 2013. (Relatório de pesquisa)

RODRIGUES, R. A. **Sufrimento Mental de Indígenas na Amazônia**. I ed. vol.1. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas (Edua), 2014.

ROLIM, Dayana Cury. A pobreza e a riqueza na região amazônica e a contribuição da política de Assistência Social: o Estado do Amazonas em foco. **VII Jornada internacional de Políticas Públicas**. São Luis: UFMA, 25 a 28 de agosto, 2015. \disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/a-pobreza-e-a-riqueza-na-regiao-amazonica-e-a-contribuicao-da-politica-de-assistencia-social-o-estado-do-amazonas-em-foco.pdf>

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo** / Edward W. Said ; tradução Denise Bottmann. — São Paulo : Companhia das Letras,1995.

SANTOS, Daniel ; CELENTANO; Danielle; GARCIA, Jaime; ARANIBAR, Antônio; VERÍSSIMO, Adalberto. **Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira: IPS Amazônia 2014**. Belém, PA: Imazon; Social Progress Imperative, 2014. Disponível em https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/ipsx.tracersoft.com.br/documents/IpsAmazonia_2014_Final.pdf

SILVA, Maria Ozanira da Siva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. In: Ver. **Katál**. Florianópolis, v.13, n.2, p. 155-163, jul a dez de 2010.

SANTOS, Paula Gabriele Sena dos. **A (ultra) periferia do platô das guianas: novos planejamentos para novos usos da fronteira Amapá-Guiana Francesa (1992-2012)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

SAUER, Sérgio. **A luta pela terra e a reinvenção do rural**. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2003. [online]. Disponível em: www.sbsociologia.com.br/portal/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_do_wnload%26gid%3D1544%26Itemid%3D170+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso: 15/11/2016.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Heloisa Helena Correa da. **Indígenas urbanos uma questão social no contexto da cidade de Manaus**. (online). s/d. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000384.pdf>. Acesso em: 15/11/2016

SILVA, Joao Carlos Jaronchisk; OLIVEIRA, Marcia Maria de. Migrações, fronteiras e direitos na Amazônia. REMHU - **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 157-169, jan./jun. 2015;

SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. **Rev. Comunicação e Educação**, ECA/USP, n. 23, 2002.

TORRES, Iraildes Caldas; OLIVEIRA, Márcia Maria. **Tráfico de mulheres na Amazônia** / Iraildes Caldas Torres, Márcia Maria de Oliveira. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

VARA da infância ficaliza crianças pedindo esmolas em semáforos e comércios. (online) Folha Web 29/09/2016. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia/Vara-da-infancia-ficaliza-criancas-pedindo-esmolas-em-semaforos-e-comercios/20663>. Acesso em: 05/10/2016

VASCONCELOS, I. S.; et. al. Redes de cuidado e estratégias de reprodução e manutenção familiar na fronteira Brasil /Venezuela. **Leopoldianum** (UNISANTOS), v. 39, p. 87-104, 2013.

VIDAL E SOUZA, Candice. A noção de fronteira e espaço nacional no pensamento social brasileiro. Textos de História. **Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**. v. 4, n. 2, 1996. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5788/4796>. Acesso em: 30/10/2016

WACQUANT, L.J.D. **As duas faces do gueto**. Tradução Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015 Homicídio de mulheres no Brasil**. FLACSO Brasil. 1ª Edição. Brasília-DF, 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 10/10/2016

_____. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2013 Homicídios e Juventude no Brasil**. CEBELA / FLACSO Brasil: Rio de Janeiro, 2013

WATTHIER, Luciane. A discriminação racial presente em livros didáticos e sua influência na formação da identidade dos alunos. In: **Revista Urutágua** – revista acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM – ISSN 1519-6178 Nº 16 – ago./set./out./nov. 2008 – Quadrimestral – Maringá – Paraná – Brasil.

WEIGEL PETER, Biodiversidade, pesquisa e desenvolvimento na Amazônia O papel da ciência no futuro da Amazônia: uma questão de estratégia **PARCERIAS ESTRATÉGICAS** - NÚMERO 12 - SETEMBRO 2001pp. 62-83

ZIEGLER, Maria Fernanda. **Suicídio de índios no Brasil chega a ser seis vezes maior do que taxa nacional.** [online] IG – São Paulo, 2014. Disponível em: <http://saude.ig.com.br/minhasaude/2014-10-08/suicidio-de-indios-no-brasil-chega-a-ser-seis-ve>

ANEXO

COMPOSIÇÃO DA EQUIPE

Coordenadora Responsável:

Francilene dos Santos Rodrigues – Universidade Federal de Roraima- UFRR

Pesquisadores:

Alan Robson Alexandrino Ramos UFRR/PRONAT

Alessandra Rufino Santos - UFRR/ PPGS/UFRGS

Ana Lucia de Sousa - UFRR

Antônio Ramos Ferreira- UFRR/PPGSOF

Antônio Tolrino de Rezende Veras- UFRR

Beatriz Patrícia de Lima Level Ciências Sociais/UFRR

Benedito de Queiroz Alcântara- UFAP

Bernardo Adame Abrahão- UFRR/PPGSOF

Camylla Moraes Rodrigues. Cathedral/RR

Carla Monteiro de Souza - UFRR

Carmen Vásquez Gonzalez - Universidade de Huelva/ Espanha

Cristina Nascimento de Oliveira - IFERR

Daniel Barrera Fernandez - Universidad Autonoma Benito Ruares de Oaxaca / México

Daniele Monteiro Mota- UFRR/PPGSOF

Devair Antonio Fiorotti. - UERR

Eliane Silvia Costa - UFRR

Elizabeth Del Valle Zamora Cardozo- Universidade Central da Venezuela – UCV

Eva Maria Gomez Bachiller-Universidad de Granada (Espanha)

Fabio Almeida de Carvalho - UFRR

Fernando Cezar Costa Xavier - UFRR

Francisco Reginaldo de Oliveira - UNIR

Georgia Patrícia da Silva Ferko- UFRR

Goergina Ariane Rodrigues Sarmiento- UFRR

Gustavo Frota Simoes

Iana dos Santos Vasconcelos - PPGAS/UFScar

Isabel Maria Fonseca Godinho – UFRR

Ivete Souza da Silva - UFRR

João Carlos Jaronchisk Silva – UFRR

Joaquim Hudson de Souza Ribeiro

Josué Ferreira Gomes - UFRR

Leandro Roberto Neves - UFRR

Liliane Souza Silva - UNIR

Luana Rios Moura dos Santos – UFRR/PPGSOF

Luciana Cabus Arcoverde - Universidade Federal de Roraima- UFRR

Luciana Oliveira Dias – UFG

Luyandria Santos Maia – Ciências Sociais / UFRR

Luziene Correa Parnaíba - UFRR

Manoel de Jesus de Souza Pinto - UFAP

Manuela Souza Siqueira Cordeiro – UFRR

Marcia Maria de Oliveira – UNIR

Marcionila Fernandes – UEPB

Marco Antônio H. Escampa Abarca - Universidad Autonoma Benito Juárez de Oaxaca / México

Maria de Lourdes Sousa Gomes – UFRR

Maria Del Mar Gallegos Duran – Universidad de Huelva / Espanha
Maria Del Pilar Cuder – Universidad de Huelva / Espanha
Maria do Socorro Pereira Leal - UFRR
Mariana Cunha Pereira - UFG
Mario Valero Martínez - Universidad de los Andes- Venezuela
Michel Watanabe - UNIR
Monica Prates Conrado – UFPA
Maria Nohemí González Martínez – Universidad Autonoma Símon Bolívar
Olinda Rodrigues da Silva - UFPA
Rimian J. Vallejos Montaña - Universidad de Huelva / Espanha
Sandra Maria Rabelo Husek- UFRR
Sandro Martins de Almeida Santos – UFRR
Shirlei Martins dos Santos - UFRR
Sidney Antônio da Silva - UFAM
Silvia Garcia Nogueira – UEPB
Stelio Soares Tavares Junior -UFRR
Suziane Miguel Soffa - UNIR
Tehany Barros Lima- UFRR
Thais França da Silva - Universidade Nova de Lisboa - FCSH/NOVA / Portugal
Thais Luanne Costa de Oliveira - UNIR
Vanessa Dias Diniz - UNIR
Vangela Maria Isidoro de Moraes – UFRR